Sexta-feira, 3 de julho de 2026 **I Série — Número 110**

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 2 DE JULHO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PS, foram discutidos e votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 562/XVII/1.ª (PS) — Regime de proteção do património imobiliário público com aptidão habitacional, que foi rejeitado; o Projeto de Lei n.º 678/XVII/1.ª (PS) — Consagra o regime do prémio salarial de valorização das qualificações no mercado de trabalho, que foi aprovado; o Projeto de Resolução n.º 1090/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas temporárias de mitigação do custo de vida e de apoio às famílias, às empresas e aos setores mais expostos à instabilidade económica, que foi rejeitado; os Projetos de Lei n.os 97/XVII/1.ª (PAN) — Cria o programa de apoio à disponibilização de imóveis devolutos para arrendamento com renda condicionada, 513/XVII/1.ª (PCP) — Regime de controlo de preços sobre os produtos do cabaz alimentar essencial, 514/XVII/1.ª (PCP) — Fixa um preço de

referência para combater a especulação e reduzir os preços dos combustíveis e do GPL, 689/XVII/1.ª (BE) — Promover o direito à habitação (altera o Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026 e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro), 690/XVII/1.ª (IL) — Cria um regime de aceleração de utilização de imóveis públicos inutilizados, 691/XVII/1.ª (IL) — Confere mais justiça ao IRS jovem — nenhum jovem para trás e 692/XVII/1.ª (L) — Menos produto, mais transparência: estabelece o dever de informação ao consumidor em caso de reduflação, que foram rejeitados; os Projetos de Resolução n.os 724/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de proteção das famílias com crédito à habitação face ao risco de aumento das taxas de juro na sequência do agravamento da situação no Médio Oriente, 982/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço da identificação, transparência e mobilização do património imobiliário público para fins habitacionais, 1073/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço do IMI Familiar como medida de apoio às famílias e de mitigação do aumento do custo de vida, bem como a criação de um regime reforçado para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e 1096/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a aplicação de medidas de alívio fiscal promovendo o apoio às famílias portuguesas e o desagravamento do atual custo de vida, que foram aprovados; e os Projetos de Resolução n.os 1102/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas extraordinárias de mitigação do aumento do custo de vida e 1104/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a atualização e indexação do cartão social eletrónico Mais Pessoas, que foram rejeitados.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados João Torres (PS), André Ventura (CH), Alfredo Maia (PCP), Almiro Moreira (PSD), Patrícia Gonçalves (L), Paulo Núncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Rui Fernandes (CH), Fabian Figueiredo (BE), José Barreira Soares (CH), Angélique Da Teresa (IL), Carlos Barbosa (CH), Filipe Sousa (JPP), Patrícia Nascimento (CH), Humberto Brito (PS), Mário Amorim Lopes (IL), Margarida Saavedra (PSD), Filipe Melo (CH), Marina Gonçalves (PS), Rui Rocha Pereira (PSD), Marta Martins da Silva (CH), Ricardo Carvalho (PSD), Miguel Matos (PS), Isabel Mendes Lopes (L), Carlos Pereira e Sofia Pereira (PS), Ricardo Carlos e Emídio Guerreiro (PSD), Pedro Pinto (CH) e Eurico Brilhante Dias (PS).

Entretanto, o Presidente (Diogo Pacheco de Amorim), na sequência de interpelações à Mesa proferidas pelos Deputados Nuno Fazenda (PS), Alexandre Poço (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS) e Pedro Pinto (CH), anunciou a intenção de solicitar que o alegado abuso das figuras regimentais por parte dos Deputados seja remetido para discussão em Conferência de Líderes.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 51 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, Sr.as e Srs. Deputados.

Eram 14 horas e 59 minutos.

Os Srs. Agentes da autoridade podem, por favor, abrir as portas, para o acesso do público às galerias.

Pausa.

Parece que os microfones acima de 40 graus não funcionam! Já pedimos aos serviços para verificarem o que se passa.

Pausa.

Pedia também ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que já se encontra nos suportes institucionais da Assembleia da República o conjunto de iniciativas que deram entrada nos serviços desde a nossa última reunião plenária.

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, peço a quem está em pé o favor de se sentar, para podermos dar início à nossa sessão de hoje. Queria dar a palavra ao Sr. Deputado João Torres, do PS, mas queria que os Srs. Deputados estivessem já nos respetivos lugares, para ouvirmos a primeira intervenção, a cargo do Partido Socialista.

O primeiro ponto da ordem do dia, fixada a requerimento do PS, consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 562/XVII/1.ª (PS) — Regime de proteção do património imobiliário público com aptidão habitacional, e n.º 678/XVII/1.ª (PS) — Consagra o regime do prémio salarial de valorização das qualificações no mercado de trabalho, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 1090/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas temporárias de mitigação do custo de vida e de apoio às famílias, às empresas e aos setores mais expostos à instabilidade económica, os Projetos de Lei n.º 97/XVII/1.ª (PAN) — Cria o programa de apoio à disponibilização de imóveis devolutos para arrendamento com renda condicionada, n.º 513/XVII/1.ª (PCP) — Regime de controlo de preços sobre os produtos do cabaz alimentar essencial, n.º 514/XVII/1.ª (PCP) — Fixa um preço de referência para combater a especulação e reduzir os preços dos combustíveis e do GPL, n.º 689/XVII/1.ª (BE) — Promover o direito à habitação (Altera o Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026 e Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro), n.º 690/XVII/1.ª (IL) — Cria um regime de aceleração de utilização de imóveis públicos inutilizados, n.º 691/XVII/1.ª (IL) — Confere mais justiça ao IRS jovem – nenhum jovem para trás, e n.º 692/XVII/1.ª (L) — Menos produto, mais transparência: estabelece o dever de informação ao consumidor em caso de reduflação, os Projetos de Resolução n.º 724/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de proteção das famílias com crédito à habitação face ao risco de aumento das taxas de juro na sequência do agravamento da situação no Médio Oriente, n.º 982/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço da identificação, transparência e mobilização do património imobiliário público para fins habitacionais, n.º 1073/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço do IMI Familiar como medida de apoio às famílias e de mitigação do aumento do custo de vida, bem como a criação de um regime reforçado para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, n.º 1096/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a aplicação de medidas de alívio fiscal promovendo o apoio às famílias portuguesas e o desagravamento do atual custo de vida, n.º 1102/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas extraordinárias de mitigação do aumento do custo de vida, e n.º 1104/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a atualização e indexação do Cartão Social Eletrónico Mais Pessoas.

Então, para a primeira intervenção, para apresentação da iniciativa, dou a palavra ao Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O custo de vida continua a ser uma das maiores, se não a maior preocupação das portuguesas e dos portugueses.

Apesar das notícias mais recentes sobre o conflito no Médio Oriente poderem sugerir o contrário, a verdade é que os efeitos económicos continuam bem presentes e continuarão a fazer-se sentir, durante os próximos meses. A economia não muda de um dia para o outro e os preços não regressam, por magia, aos níveis anteriores.

Entretanto, são as famílias que continuam a suportar o peso desta dura realidade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — Há cada vez mais portugueses obrigados a fazer contas impossíveis, no final do mês, a escolher entre pagar a casa ou outra despesa essencial, entre abastecer o automóvel ou encher o frigorífico, entre adiar um projeto de vida ou abdicar de uma necessidade básica.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — Era precisamente nestes momentos que se esperava e que precisávamos de um Governo presente, de um Governo que infelizmente não temos, um Governo capaz de aliviar os encargos das famílias e das empresas, quando fosse mais oportuno e quando fosse mais necessário. Não foi isso que aconteceu, nem é isso que está a acontecer, neste momento.

O Governo encarou desde o início, desde a primeira hora, esta crise como uma oportunidade fiscal. As medidas que apresentou foram tímidas, chegaram a poucos e revelaram-se manifestamente insuficientes.

Aplausos do PS.

O Partido Socialista tem-no dito de forma clara e inequívoca: o Governo tem ficado aquém das necessidades do País, as necessidades das portuguesas e dos portugueses e as necessidades das nossas empresas.

As medidas que o Governo dinamizou serviram, sobretudo, para efeitos de propaganda, mas é importante lembrar que a propaganda nunca resiste ao teste mais básico do confronto com a realidade.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, infelizmente, nada disto surpreende. Afinal, o Governo tem a mesma natureza e apoio partidário do espaço político que quis ir para além da troica, que quis cortar direitos, que quis cortar pensões e que encarou a austeridade como uma opção política.

Aplausos do PS.

Essa matriz continua hoje bem visível, porque, quando surgem dificuldades, a primeira resposta do Governo é pedir que cada um resolva sozinho os seus problemas.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E o Sócrates?!

O Sr. **João Torres** (PS): — Essa não é a nossa visão de sociedade e essa não é a visão de um Governo que está à altura dos portugueses, nos momentos de maior exigência.

Aplausos do PS.

Mas este debate não é só sobre o passado, embora o passado seja importante.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E o Sócrates?!

O Sr. **João Torres** (PS): — É sobre o presente e, sobretudo, sobre o futuro. Em particular, é sobre o futuro a curto prazo, que é naturalmente relevante para quem hoje nos está a ouvir.

É por isso que o Partido Socialista volta a trazer a esta Assembleia propostas de carácter temporário, mas claras e que continuam por concretizar: a redução do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) dos combustíveis; o IVA zero para bens essenciais; apoios efetivos à agricultura, às pescas e à indústria eletrointensiva; assim como outras medidas, que permitem proteger o rendimento das famílias e salvaguardar a competitividade das nossas empresas.

A imagem que os portugueses guardam do Governo, em momentos de crise ou de dificuldade — e são já muitas e até demais, nestes últimos dois anos —, é a de uma equipa de braços cruzados.

Aplausos do PS.

É a imagem de uma equipa que prontamente aponta a culpa com o dedo indicador, mas nunca, mesmo nunca, assume responsabilidades.

Aplausos do PS.

É a imagem de uma equipa mais preocupada em desviar atenções do que em resolver os problemas efetivos das pessoas.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, deixo uma palavra ainda para o rendimento dos pensionistas, em forma de apelo, para que não continuem a designar as bancadas da direita, e em particular da Aliança Democrática, uma transferência pontual de aumento extraordinário das pensões.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Então?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas)!

O Sr. **João Torres** (PS): — Não é que os pensionistas se deixem enganar, porque conhecem bem a direita e a sua prática.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — É mesmo por uma questão de respeito. É por isso que propomos, com responsabilidade e atendendo à evolução da margem estrutural do sistema, que se converta em atualização extraordinária.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, desculpe interromper. Está muito barulho na Sala. Eu tento nunca interromper, porque isso é desagradável para o orador, mas a verdade é que as diversas conversas bilaterais juntas tornam difícil de ouvir. Portanto, pedia respeito por quem está no uso da palavra, se faz favor.

O Sr. **João Torres** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

É por isso que propomos, com responsabilidade e atendendo à evolução da margem estrutural do sistema, que se converta em atualização extraordinária de pensão qualquer suplemento que venha a ser transferido aos pensionistas.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, para concluir, o País não precisa, seguramente, nem de resignação nem de propaganda. Precisa de respostas para proteger o rendimento das famílias, apoiar as empresas, aumentar a oferta de habitação e garantir também que os direitos dos jovens são efetivamente cumpridos. É

essa a diferença entre assistir aos problemas e enfrentá-los. É essa a diferença entre o Partido Socialista e a Aliança Democrática, que hoje ficará, uma vez mais, bem evidente nesta Câmara.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem cinco pedidos de esclarecimento.

O Sr. Deputado indica-me que responderá aos primeiros três e depois aos dois restantes, pelo que começo por dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, para o primeiro pedido de esclarecimento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Torres, há momentos em que a falta de vergonha não tem limite mesmo, nesta Casa, e hoje é um desses dias.

Risos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olha quem fala!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em qualquer caso, eu esperava que hoje, neste Plenário, antes de qualquer outra intervenção e até depois de falar na troica,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estou à espera para ver como é que votas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … começasse por falar do homem que nos trouxe a troica, José Sócrates.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Precisamente pelo que este Parlamento não fez, pelo que os senhores não fizeram e pelo que os senhores geraram,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estou à espera para ver como é que votas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … os portugueses todos estão agora a pagar uma indemnização ao maior corrupto da nossa história recente em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A culpa é tua!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O segundo ponto é sobre o PS: IVA zero e descida dos impostos sobre os combustíveis.

Vozes do PS: — Fizemos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tem graça, porque nós fomos ver o que o PS fez, não nos últimos 20 anos, porque isso para o PS é muito tempo a gamar, tem de ser menos, tem de ser nos últimos dois anos.

Risos de Deputados do CH.

E o que o PS fez nos últimos dois anos, Sr. Deputado João Torres, foi votar nove vezes — nove! — contra a descida do IVA no cabaz alimentar e contra a descida do IVA nos impostos sobre os combustíveis.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois é!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, eu sei que vão fingir um arrufo entre PS e PSD — o habitual, as pessoas já sabem, em casa também já conhecem isso —, mas eu queria perguntar-lhe mesmo a sério: o que é que mudou? O que é que mudou, para que o PS vote nove vezes contra descer o IVA dos combustíveis e agora o queira fazer? O que é que aconteceu para ter votado contra a descida do IVA no cabaz alimentar essencial e agora o queira fazer? Mais: o que é que mudou para que, antes de estes senhores que governam, os senhores terem governado sete anos…

Vozes do PSD: — Oito anos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oito anos! Oito anos! Nós tentamos sempre reduzir um bocadinho as tragédias, é mesmo assim; tentamos sempre baixar um bocadinho a tragédia.

Aplausos do CH.

O que é se alterou para mudarem de opinião? O que é que querem dar de credibilidade a Portugal, se quando governaram deram sempre o sinal contrário, de roubar os portugueses?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Torres, este debate sobre rendimentos é oportuno, mas temos presente as ambiguidades e até os entraves colocados pelo PS a avanços na melhoria das condições dos trabalhadores e dos pensionistas.

Ainda recentemente, o PS não acompanhou o PCP na proposta de aumento intercalar das pensões, em pelo menos 50 €, para os pensionistas. Não entende o PS que esta proposta responderia a uma necessidade vital para largos milhares de pensionistas e reformados, que recebem pensões tão baixas que, em muitas prestações, não dão sequer para pagar o cabaz de bens alimentares essenciais?

O PS continua a multiplicar intervenções em torno da sua obsessão pela redução dos impostos e do IVA zero sobre os alimentos, o mesmo que a Presidente Executiva da SONAE agradeceu,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E a Galp?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … pelo proveito que obtêm as grandes superfícies.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah…!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Aliás, o PS manifesta pouca preocupação com os lucros desproporcionados das grandes superfícies e das gasolineiras.

Mas pergunto-lhe, Sr. Deputado, por que razões não acompanhou o PS as propostas do PCP para a fixação dos preços dos alimentos e dos combustíveis e a limitação das margens de lucro? Ou por que razões também, por exemplo, votou o PS como votou as sucessivas propostas do PCP para fixar o preço da botija de gás em 20 €?

O PS vem com a proposta de prémios sobre salários e qualificações, mas pergunto-lhe se não considera que o que é mesmo necessário é combater a precariedade, garantir a estabilidade no emprego e pagar salários justos, como forma de valorizar as qualificações e travar o êxodo de jovens formados nas universidades públicas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para o terceiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Almiro Moreira, do PSD.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Torres, acho que é preciso ter um bocadinho de lata para começar a sua intervenção com a bancarrota que o Governo do Partido Socialista trouxe a este País.

Aplausos do PSD

Vocês, de facto, não aprendem nada. E talvez seja mesmo por isso que há dois dias o professor Mário Centeno vos deu uma grande lição.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Exatamente!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — E deu-vos uma grande lição nas vossas jornadas parlamentares: pediu-vos paciência, alertou-vos para o facto de objetivos incansáveis criarem distorções e aumentarem os populismos, e deixou-vos um aviso claro, que eu tenho de citar aqui hoje:…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Mas cite bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — …«Devemos resistir até ao limite à tentação de intervir diretamente nos preços porque isso redireciona artificialmente a procura.»

Vozes do PSD: — É um pessimista com razão!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Quem é que disse mais essa frase?!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sobre o IVA zero foi ainda mais direto, Sr. Deputado, classificou a vossa medida como uma benesse inexplicável, que beneficia sobretudo os mais ricos — dando até o exemplo do queijo *pecorino* — e que não garante a descida efetiva dos preços. Vindo do Sr. Professor Mário Centeno, que não é propriamente um amigo do Governo da AD (Aliança Democrática), acho que deveria ser algo a que vocês, do Partido Socialista, deveriam mesmo dar atenção.

Mas, ao mesmo tempo, e contrariando até o que o Sr. Deputado disse na tribuna, o INE (Instituto Nacional de Estatística) aponta para um abrandamento da inflação. E os combustíveis estão hoje 40 cêntimos mais baixo que o máximo atingido em abril. Tudo ignorado por vós.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O PS, com o Deputado António Mendonça Mendes a moderar, com o Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista presente, aplaudiu Mário Centeno. Por isso, a pergunta que deixo, Sr. Deputado, é simples: consegue o PS explicar o que para Mário Centeno é inexplicável? E porque insiste na irresponsabilidade de repetir medidas populistas, caras e pouco eficientes?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado João Torres, que tem 3 minutos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sai um *pecorino*!

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almiro Moreira, começo exatamente por si. Em primeiro lugar, para pedir alguma coordenação do lado dos partidos que suportam o Governo nesta Casa, e vou-lhe explicar porquê. Vou-lhe mostrar uma imagem que é muito curiosa.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **João Torres** (PS): — É muito curiosa.

Reparo que o Sr. Deputado Paulo Núncio é dos poucos que está a falar sobre esta matéria. Ó Sr. Deputado, vou-lhe mostrar aqui uma imagem de um *outdoor* do CDS-PP.

O Deputado exibiu o documento que mencionou.

Protestos do PSD e do CH.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Já estão nervosos!

O Sr. **João Torres** (PS): — Consigo reconhecer o atual Ministro da Defesa Nacional junto a este cartaz, que não apenas defendia o IVA zero como tinha ainda a seguinte pergunta: «É básico, não é?»

Aplausos do PS.

Agora pergunto-lhe também, Sr. Deputado: é básico, não é?

Vou complementar. É bom que as palavras do Prof. Mário Centeno não sejam truncadas, mas quero dizer-lhe o seguinte, o Sr. Deputado falou aqui em — e passo a citar — «lata», mas vou utilizar uma outra expressão, «desplante», como é o de uma bancada parlamentar que já destratou de forma inadmissível o Prof. Mário Centeno,…

Vozes do PSD: — Oh! Oh!

O Sr. **João Torres** (PS): — … para ver agora o Sr. Deputado citá-lo numa reunião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Mas, Sr. Deputado, ainda lhe vou dizer mais. O que está em causa, naturalmente, é o equilíbrio difícil da escolha de medidas em momentos de aflição dos portugueses; aflição essa que os Srs. Deputados não conseguem compreender porque vivem alheados da realidade.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — Mas permita-me dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: o Prof. Mário Centeno não colocou em causa a eficácia da medida, e tenho aqui, para entregar ao Sr. Deputado, o *Boletim Económico* de outubro de 2023, do Banco de Portugal,…

O Deputado exibiu o documento que mencionou.

… onde aparecem dois gráficos muito relevantes.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Mostra lá a cartolina!

O Sr. **João Torres** (PS): — O primeiro tem a ver com a evolução da inflação dos bens alimentares em Portugal, em Espanha e no resto da Europa, quando foi implementado o IVA zero pelo anterior Governo.

O Deputado exibiu o documento que mencionou.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E a seguir, como é que ficou?!

O Sr. **João Torres** (PS): — E o segundo gráfico que lhe queria mostrar é o efeito do IVA zero nos produtos alimentares que foram abrangidos por esta medida, em comparação com aqueles que não foram.

O Deputado exibiu o documento que mencionou.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E a seguir?!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Ainda não acabou!

O Sr. **João Torres** (PS): — E com isto respondo também ao Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. Deputado André Ventura vive mal com o seu passado, porque apoiou o partido que cortou pensões aos pensionistas, que teve de levar com cinco chumbos do Tribunal Constitucional para não cortar as pensões aos pensionistas,…

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — … e é por isso que está sempre a falar da troica, é por isso que não consegue libertar-se desse passado, porque os pensionistas sabem que, na verdade, o Sr. Deputado esteve ao lado de quem quis cortar as suas pensões.

Protestos do CH.

Mas quero deixar muito claro: o Partido Socialista, quando foi Governo, aplicou medidas para aliviar o custo de vida das famílias e das empresas. E com este Governo ficamos sempre, mas sempre, aquém das expectativas.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nove vezes!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Torres, o Livre acompanha a preocupação com o custo de vida e agradece ao Partido Socialista o agendamento deste debate.

Mas este debate exige memória. Na habitação, o PS não se pode apresentar apenas como quem denuncia um problema. É verdade que este Governo da AD o está a agravar, com medidas que voltam a favorecer investidores e promotores, mas a crise não começou em 2024.

Durante anos, a resposta pública ficou aquém das necessidades, o parque habitacional público permaneceu residual e os salários afastaram-se cada vez mais dos preços da habitação.

Sabemos hoje, além disso, que Portugal tinha mais população residente do que estimava. Se o país real era maior do que o país estatístico, também eram maiores as necessidades de habitação, transporte, escolas e serviços públicos. Pergunto, por isso, ao PS se não considera que a política de habitação tem sido, há muito, desenhada abaixo das necessidades reais do País.

O PS propõe agora também monitorizar preços, custos e margens ao longo da cadeia de valor. Mas quando o Livre apresentou instrumentos concretos…

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

… para limitar temporariamente margens excessivas, o PS absteve-se na votação da proposta sobre os combustíveis e votou contra a proposta sobre os fertilizantes. Quando há um choque de preços, quem paga a fatura são as famílias, no supermercado e no posto de combustível; são os agricultores, quando compram

fertilizantes mais caros. Mas quando alguém muito chora, há sempre quem venda muitos lenços. E, entretanto, as grandes petrolíferas a aumentarem os seus lucros em 43 % no primeiro trimestre de 2026 — e a GALP em 41 %.

Por isso, a pergunta é simples: para o PS, monitorizar margens serve apenas para produzir relatórios ou também para agir, quando há sinais de margens excessivas em bens essenciais? E como justifica ter rejeitado instrumentos temporários, que já foram utilizados em Portugal e noutros países, precisamente para proteger consumidores e produtores durante períodos de crise?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para o último pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Torres, mais uma vez, a profunda hipocrisia do PS:…

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … o Sr. Deputado consegue falar da troica sem uma única vez fazer referência a quem provocou a bancarrota e quem assinou o documento para trazer a troica.

Vozes do PSD: — O Sócrates!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a primeira pergunta que lhe deixo, Sr. Deputado, é a seguinte: quando é que chegará o dia em que o PS assumirá por inteiro as suas responsabilidades e terá a coragem de indicar José Sócrates como o único responsável pela bancarrota do País e pela troica em Portugal? É a primeira pergunta e gostava mesmo que me respondesse diretamente.

Depois, o PS arrisca apresentar aqui medidas, segundo diz, para atenuar o custo de vida; mas, ó Sr. Deputado, todas ao lado.

Comecemos pela primeira. O PS propõe a redução da taxa do IVA de 23 % para 13 % na garrafa de gás. Ó Sr. Deputado, essa medida é ilegal, viola frontalmente a diretiva europeia sobre o IVA.

E, com isto, deixo-lhe a segunda pergunta, Sr. Deputado: no PS, não há ninguém que saiba nada sobre impostos, a não ser para os aumentar? Quando os senhores apresentam estas propostas, não perguntam a ninguém se a medida viola ou não viola o direito comunitário, se viola ou não viola o direito europeu?

Protestos do Deputado do PS João Torres.

Ó Sr. Deputado, significa isso que o PS, mais uma vez, mostra que hoje em dia, para além de ser um partido radicalizado,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Foi mentira há dias!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … é um partido populista, demagógico e que apresenta medidas simplesmente para enganar os portugueses.

Mas a cereja em cima do bolo é a proposta que os senhores fazem de aumentar o IRC. Depois de desautorizados em direto pelo ex-Ministro das Finanças; depois de apresentarem medidas ilegais, cai-lhes a máscara. Sr. Deputado, sabe perfeitamente que a geringonça já pode ter acabado,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ah! Estava a faltar!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Já acabou ou não?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … mas o PS e a geringonça ainda estão completamente ligados.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E o 25 de Novembro?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, pergunto-lhe, Sr. Deputado: como é que é possível que, ao lado do Bloco de Esquerda e do PCP, o Sr. Deputado continue a propor um aumento de tributação das empresas para resolver a crise?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, começo por si.

Extraordinário não o ter ouvido falar sobre o IVA zero! Percorreu quase todas as propostas do Partido Socialista, menos a proposta do IVA zero.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — José Sócrates!

O Sr. **João Torres** (PS): — Vai-me permitir, mas dá-me vontade de lhe perguntar se continua a defender a medida ou não.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

É que, na verdade, Sr. Deputado, essa é uma proposta que era acompanhada pelo CDS-PP, que agora está submetido, pelos vistos, a outras configurações de pensamento político.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A troica da AD!

O Sr. **João Torres** (PS): — Mas, Sr. Deputado, quero também dizer-lhe, de forma muito clara, que se a pergunta é se o Partido Socialista prefere aumentar extraordinariamente as pensões ou descer o IRC das empresas de forma não seletiva, respondo-lhe a isto muito nitidamente:…

O Deputado do PS Eurico Brilhante Dias exibiu a imagem do cartaz «IVA zero», anteriormente exibida durante a intervenção do Deputado do PS João Torres.

Protestos do PSD.

… o Partido Socialista prefere aumentar as pensões de forma extraordinária e permanente do que baixar, de forma totalmente transversal, sem critérios de seletividade, o IRC. Esta é a nossa posição.

Aplausos do PS.

Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, quero dizer-lhe o seguinte: tive a experiência, como membro de um Governo — talvez a única experiência recente —, de limitar os preços e de implementar uma margem de lucro nos equipamentos de proteção individual durante o período da pandemia da covid-19. Sei bem, e estive por dentro da análise do mercado,…

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

… na perspetiva da oferta e na perspetiva da procura, que levou a essa fixação. Foi uma medida que, ao contrário da que tomou Espanha, que fixou preços — e com isto procurando também responder ao Sr. Deputado Alfredo Maia —, produziu efeitos, mas é uma medida de ampla e alargada excecionalidade. Não significa que não pudesse ser tomada, mas os motivos que levaram a que ela fosse tomada, na altura da pandemia de covid-19, estavam relacionados com uma escassez da oferta desses produtos no mercado, que hoje não se verifica em relação a outros.

Em relação ao que a Sr.ª Deputada perguntou também, penso que hoje nos une, fundamentalmente, a ideia de aliviarmos as famílias, de criarmos melhores condições para salvaguardar a competitividade das empresas e de combatermos um Governo que olha com profunda insensibilidade social para esta realidade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra à próxima interveniente, que será a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, aproveito para dar a conhecer à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas diversas galerias, 16 cidadãos da Associação Juntos pela Mudança, de Lisboa; um grupo de sete cidadãos da freguesia de Arneiro das Milhariças; um grupo de 26 cidadãos de Aveiro; um grupo de quatro cidadãos de Vila Nova de Gaia; e um grupo de 29 cidadãos do Porto.

Aplausos gerais.

Agora, para a apresentação do Projeto de Lei n.º 97/XVII/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 724/XVII/1.ª, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Não precisaríamos de estatísticas para confirmar aquilo que os portugueses sentem no seu dia a dia. Hoje mesmo, o Eurostat confirma que Portugal foi o Estado-Membro da União Europeia em que o preço das casas mais aumentou em relação ao período homólogo — ou seja, mais 17,8 %.

Também o Eurobarómetro publicado ontem revela que quase um em cada três europeus acredita que o seu nível de vida vai piorar.

Em Portugal, essa preocupação tem um rosto bem conhecido: o custo da habitação, o aumento das prestações da casa, as rendas incomparáveis, o preço do cabaz essencial e da alimentação dos animais de companhia e a dificuldade crescente em constituir um projeto de vida.

Não deixa de ser curioso que — tal como nos lembrou, ainda há pouco, o autor do agendamento desta temática, o PS — partidos que, ainda bem há pouco tempo, punham orgulhosamente cartazes a pugnar pelo IVA zero, agora sejam os primeiros a deixar esta medida na gaveta e a esquecer-se das dificuldades que os portugueses enfrentam.

Não deveriam, de facto, ser precisos dados nem elementos como os da Agência dos Direitos Fundamentais, que analisou o nosso País e registou, não só, uma média mensal de 130 despejos, muito acima do total de 2024 e de 2023, mas também que o cabaz essencial dispara de dia para dia. Quando uma família, em Portugal, é obrigada a escolher entre pagar a renda e encher o frigorífico, quando um jovem trabalhador não consegue sair de casa dos pais porque não encontra uma habitação compatível com o seu salário, ou quando uma empresa vê os custos aumentarem a ponto de ter o investimento e os empregos comprometidos, estamos a falhar claramente para com os nossos concidadãos. Deixou de ser apenas um problema económico para passar a ser uma questão de justiça social e de futuro do nosso País.

Sr.ªs e Srs. Deputados, precisamos, por isso, de soluções concretas, soluções que apoiem as famílias, soluções que garantam e fortaleçam a economia e devolvam a esperança a quem trabalha. A habitação, a par da alimentação, é um direito absolutamente fundamental, e é essencial que o Estado também aqui cumpra o seu papel social.

É por isso que o PAN defende que é urgente mobilizar o património para o mercado de arrendamento acessível, apoiando a reabilitação dos imóveis através do IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), concedendo incentivos fiscais aos proprietários que adiram ao programa e garantindo contratos de renda condicionada que ofereçam estabilidade às famílias durante vários anos.

Esta proposta pode trazer benefícios a todos: às famílias, para encontrarem casas; aos proprietários, para que o seu património tenha benefícios fiscais; e, acima de tudo, às cidades, para que sejam reabilitadas. Ao mesmo tempo, estamos a criar oportunidades para o setor da construção, com mais construção e mais emprego.

Não basta reconhecer esta realidade e negar a crise habitacional, é necessário um sentido de responsabilidade e de urgência, e também soluções. Não responder a estes desafios é não responder com as soluções e iniciativas de que o presente precisa.

O Sr. **Presidente**: — Para a apresentação dos Projetos de Lei n.os 513 e 514/XVII/1.ª, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A vida está mais cara. Isso é sentido quando se vai ao supermercado e trazemos menos, é sentido quando se vai pôr combustível na viatura, é sentido nos elevados custos com a habitação.

O aumento do custo de vida não está desligado da agressão militar dos Estados Unidos contra o Irão, que PSD, CDS e Chega apoiaram, o que os torna responsáveis por todas as suas consequências, incluindo o aumento dos preços de bens e serviços essenciais; nem está dissociado do aproveitamento dos grupos económicos, com o objetivo de maximizar os seus lucros, que atingem valores recorde à custa das crescentes dificuldades dos trabalhadores e do povo.

Veja-se: o preço de referência do petróleo no mercado internacional está a descer, mas isso não está a ter tradução nos preços dos combustíveis no nosso país. Para aumentar, é muito rápido; quando toca a diminuir, a conversa é outra.

Ainda ontem o Governo dizia que queria saber porque é que os combustíveis não descem ao ritmo a que subiram. Como não são ingénuos nem anjinhos, não passa de profunda hipocrisia para tentar enganar os mais distraídos. O Governo sabe tão bem como nós que o que pagamos está a ir para as margens de lucro dos grupos económicos. Por isso é que é tão urgente fixar e reduzir preços — medida que se impõe e que o Governo se recusa a fazer.

Na habitação, é cada vez mais difícil encontrar uma casa que se consiga pagar. Aí estão os aumentos das taxas de juros, com o que isso significa no aumento das prestações à banca de quem tem crédito à habitação. Mais uma vez, são os lucros da banca que são protegidos, e não a habitação das famílias, o que revela bem para quem estão a governar.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Oh!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — O preço das casas aumentou 17,8 %, segundo os dados mais recentes. Arrendar uma casa em Lisboa custa, em média, 1750 €, o que é quase o dobro do salário mínimo nacional; no Porto, 1500 €; em Setúbal, 1300 €. E o Governo ainda considera moderada uma renda até 2300 €! Além de ofensivo, está totalmente desfasado da vida real dos trabalhadores e das famílias.

O que a vida demonstra é que as opções políticas do Governo só contribuíram para agravar o problema e aumentar os preços da habitação, que são absolutamente proibitivos e especulativos.

Face a tudo isto, vir propor medidas fiscais só vai servir para aumentar as margens de lucro de quem tem vindo a ganhar com a atual situação.

É por isso que olhar apenas para o plano fiscal é redutor e não vai contribuir para baixar preços. Vai, sim, contribuir para aumentar as margens de lucro dos grupos económicos, e quem acha que é por aqui está a ser cúmplice e a apoiar os especuladores nos alimentos, nos combustíveis ou na habitação.

Enfrentar o aumento do custo de vida exige, desde logo, o aumento intercalar dos salários e das pensões. Exige coragem para regular e fixar preços e combater a especulação. Exige o aumento da disponibilização de habitações públicas, a revogação da lei do arrendamento urbano e a regulação do valor das rendas.

Trazemos duas iniciativas concretas: fixar e reduzir os preços dos alimentos, dos combustíveis e do gás engarrafado. É possível fazê-lo, ou seja, garantir que os preços refletem os custos reais, retirar todas as componentes especulativas destes preços; e, quanto ao gás engarrafado, fixá-lo em 20 € — é ainda uma fonte de energia muitíssimo utilizada no nosso País, no litoral e no interior, por muitas e muitas famílias. É possível fazê-lo! Basta olhar para a vizinha Espanha e o que tem feito relativamente à botija do gás.

Já há regulação de preços em Portugal: na eletricidade, nos medicamentos, nos combustíveis nas regiões autónomas. Portanto, não venham com essa conversa de que não é possível. É preciso é que haja vontade política, e a Assembleia da República pode tomar esta decisão.

Protestos do Deputado do CH Ricardo Carvalho.

Nós consideramos que o agravamento da vida das pessoas é razão mais do que suficiente para esta intervenção por parte do Governo. Quem não o quiser fazer está, não só, a contribuir para agravar a vida das pessoas, também, para alimentar os lucros dos grupos económicos, que é quem está sempre a sair beneficiado de tudo isto.

O que é preciso é enfrentar os interesses dos grupos económicos, e não amochar perante eles, castigando os trabalhadores, as famílias, as populações.

A questão que se coloca é esta: com quem estão? Com os especuladores que se apropriam dos salários e das pensões? Ou com os trabalhadores e os reformados, com uma vida digna para quem trabalha e trabalhou uma vida inteira?

Se estão com os trabalhadores, os reformados e o povo, têm uma solução: acompanhar o PCP nestas propostas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rui Fernandes, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Paula Santos, hoje, tenho a oportunidade de interpelar o PCP e de lhe dizer, em nome de muitos portugueses, aquilo que eles pensam há anos: o PCP foi, ao longo de décadas, um dos partidos que mais contribuiu para travar o desenvolvimento económico em Portugal depois do 25 de Abril.

Aplausos do CH.

Sempre que alguém quer investir, criar riqueza, abrir uma empresa, desenvolver o País, lá aparece o PCP com mais amarras, mais controlo, mais limitações e mais Estado.

Portugal tinha condições para ser uma das economias mais fortes da Europa. Temos localização, talento, capacidade produtiva e espírito empreendedor; faltaram políticas e políticos para libertar esse mesmo talento, em vez de o prenderem à burocracia, aos impostos e ao excesso de Estado.

Portugal ficou dependente dos fundos europeus, em vez de sermos um país com capacidade de criar a nossa própria riqueza.

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Felizmente, os portugueses estão a abrir os olhos, e perceberam que o futuro de Portugal não se constrói com controlo de preços nem com perseguição a quem investe neste magnífico país, e muitos deles são portugueses fora de Portugal.

O comunismo não funciona, nunca funcionou.

Protestos do PCP.

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Exemplo disso são países como Cuba, Venezuela e Coreia do Norte, entre muitos outros.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tomem nota!

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Por isso, Sr.ª Deputada, pergunto-lhe: porque é que, perante o aumento do custo de vida, a única solução que o PCP aqui apresenta é a de controlar preços? Porque é que o PCP e os seus camaradas querem sempre mandar nos preços dos outros, mas nunca querem mexer no que está errado no próprio Estado,…

Aplausos do CH.

… como nos impostos altíssimos que pesam sobre combustíveis, energia, alimentos, famílias e empresas em Portugal?

Sr.ª Deputada, a nossa grande diferença é esta: o PCP quer um Estado que manda cada vez mais na economia; nós queremos um Estado que pesa cada vez menos no bolso dos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, a política que os senhores defendem aí está, à vista: destruição do aparelho produtivo,…

Vozes do CH: — Onde?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … menos explorações, menos pesca — porque esse é o resultado da liberalização e da privatização.

Protestos do CH e do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Vejam agora, nas intempéries, com famílias que hoje ainda nem sequer têm comunicações. Este é o resultado da perda de instrumentos por parte do Estado nas mãos dos grupos económicos.

Protestos do CH.

Nós percebemos bem o vosso papel, porque, de facto, os senhores são aqui também os representantes dos grupos económicos. Estão é preocupados com os seus lucros, e não com o bem-estar e a vida das pessoas.

Continuação de protestos do CH.

Se estivessem preocupados com a vida das pessoas, aquilo que fariam era acompanhar o PCP…

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Nunca, nunca!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … para que os seus salários e as suas pensões não fossem roubados por esses grupos que os senhores defendem, a quem servem e de quem dependem.

Aplausos do PCP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, parte-se do princípio de que quem pede um esclarecimento está disponível para ouvir o esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estávamos a ouvir!

O Sr. **Presidente**: — Seja daí, seja dali, seja de que lado for! Quando há um pedido de esclarecimento, a pessoa esclarece e, depois, concorda-se ou não se concorda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para apresentação do Projeto de Lei n.º 689/XVII/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 1102/XVII/1.ª.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este debate é sobre o custo de vida, mas há uma pergunta mais honesta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que estás aqui a fazer? — por exemplo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É ela: o custo de vida de quem?

Porque, para os portugueses que trabalham, a vida está cara, mas para os donos disto tudo, os sacrifícios dos portugueses nunca foram tão rentáveis.

Comecemos pelos primeiros: o português comum paga a conta da luz, que sobe; paga a conta do supermercado, que sobe; paga a prestação da casa, que os bancos aumentam sempre que podem, com uma taxa aqui, uma comissão ali, uma letra pequenina acolá.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

E paga com o quê? Com o salário, com o esforço, com o mérito de quem trabalha imenso e chega ao fim do mês sem saber como. Aliás, se a ginástica financeira fosse modalidade olímpica, os portugueses tinham a medalha de ouro todos os anos. Ontem, soubemos que os preços voltaram a subir mais em Portugal do que na zona euro.

Mas há uma parte da história que o Governo nunca conta, que estes mesmos portugueses resgataram a banca na crise, que foram obrigados a pôr do seu dinheiro para salvar os bancos: 22 mil milhões de euros dos contribuintes. Hoje, os bancos lucram como nunca! A banca portuguesa fechou 2025 como a mais rentável da zona euro, com rentabilidades a 6 %, o dobro da média europeia — espantoso!

Ao mesmo tempo, curiosamente, os portugueses têm as casas mais caras da Europa, combinadas com um dos poderes de compra mais baixos.

As petrolíferas, essas, têm um talento notável! Vejamos: os combustíveis sobem à velocidade da luz; o preço da gasolina baixa à velocidade de um caracol.

Na grande distribuição, os preços dos alimentos não param de subir. Curiosamente, as margens também não.

Repito a pergunta: o custo de vida de quem? Porque a conta é sempre a mesma e cai sempre no mesmo bolso: o de quem trabalha.

O Governo comove-se e faz um ar de espanto genuíno perante os preços que sobem. É enternecedor! Não pede 1 cêntimo de esforço à banca, às petrolíferas, à grande distribuição; prepara-se, aliás, para lhes baixar novamente os impostos. Aos portugueses pede tudo, aos grandes grupos que não pararam de ganhar com a crise não pede rigorosamente nada!

E quando não sabe o que fazer, faz a única coisa que sabe fazer: pede um estudo. O Governo acha mesmo que, em vez de regular os preços dos combustíveis, como se faz em vários países da Europa, mas também nos Açores e na Madeira, se devia estudar por que razão os combustíveis não baixam e os lucros das petrolíferas não param de subir.

Sr.as e Srs. Deputados, este país não precisa de mais um estudo sobre a subida dos preços, precisa de um Governo com a coragem de olhar para quem lucra com a crise e dizer «agora é a vossa vez de contribuir»; precisa de regular os preços, baixar o IVA, exigir um contributo solidário a quem enriquece com a crise — porque os portugueses já pagaram! Pagaram demais e há tempo de mais.

Os portugueses merecem justiça na economia, é isso que propomos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, embora não tenha tempo para responder, do Sr. Deputado José Barreira Soares, do Chega.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo falou muito bem — aliás, fala sempre muito bem,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Fala à esquerda!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — … permita-me o elogio —, mas o problema não está na forma como fala. Aliás, neste momento está a falar telefone, o que é uma perfeita falta de respeito — mas é o normal, é o costume.

O problema não é só na forma como fala, mas sim no pensamento político que sustenta esta proposta. O Sr. Deputado disse que o salário não chega para garantir o acesso a uma casa, e disse bem. É a verdade, mas importa perguntar porquê!

Sr. Deputado, é porque não há salários dignos sem empresas fortes,…

Vozes do PSD: — Oh!…

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — … sem investimento, sem criação de riqueza e sem uma economia capaz de pagar melhor aos trabalhadores.

Aplausos do CH.

E aqui está uma diferença essencial entre nós: para o Bloco de Esquerda, o lucro parece ser sempre um problema, a não ser nos nossos cafés, em que cobramos azeitonas a 2 €!

Aí, o lucro não importa nada!

Risos e aplausos do CH.

Como sabe, o lucro é importante, Sr. Deputado. Sem criação de riqueza e sem uma economia capaz de pagar melhor aos trabalhadores, é impossível. É impossível! Precisamos efetivamente do lucro.

Para o Bloco de Esquerda, o lucro é sempre um problema — é um problema! —, quando deve ser algo para que devemos olhar com agrado. Mas sempre que uma atividade económica funciona, sempre que há rendimento, sempre que há investimento, a resposta do Bloco é limitar, condicionar, suspender ou taxar, e esta proposta é um bom exemplo disso. A proposta chama-se «Promover o direito da habitação», mas na realidade não promove nada.

Sr. Deputado, que garantias concretas tem de que esta proposta vai colocar mais casas no mercado de arrendamento permanente? E que garantias concretas tem o Bloco de que esta proposta não fará precisamente o contrário, afastando o investimento, reduzindo ainda mais a confiança necessária para aumentar a oferta de habitação? Isso é importante, Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Só para clarificar, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo não tinha tempo para poder responder e deu a indicação à Mesa de que a razão por que estava ao telefone foi para ter a possibilidade de obter tempo.

Portanto, relativamente a esta matéria, convém ter em atenção que é um Deputado e que tem de fazer várias funções.

Tem então a palavra Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 20 segundos dispensados pelo Livre e pelo Partido Socialista, 10 segundos de cada um.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah!

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — É para poder responder ao pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje é 2 de julho, dia em que o Chega é contra o imposto sobre lucros extraordinários. Porque, há uns meses, o Sr. Deputado André Ventura cumprimentava o Governo por querer taxar extraordinariamente os lucros da crise.

Sr. Deputado Barreira Soares, pergunto-lhe: está em desacordo com o líder do seu partido?

Protestos do CH.

Já agora, é candidato em que distrital? Tenha cuidado!

Aplausos de Deputados do PS.

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Barbosa, não digas nada!

O Sr. **Presidente**: — Para a apresentação de…

Burburinho na Sala.

O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir para usar a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — À Mesa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para pedir a distribuição de uma notícia. Já que se falou em lucros excessivos, é para pedir a distribuição de uma notícia do Café Central, de Joana Mortágua e Fabian Figueiredo, onde as azeitonas são a 2 €! Era só para referir isso.

Risos e aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, isso…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Lucros excessivos. Estão aí os lucros excessivos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é mais do que lucro excessivo!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É mais caro do que camarão!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para a próxima corre-vos melhor!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a interpelação à Mesa é sobre a condução dos trabalhos, para a distribuição de um documento — toda a gente sabe —, e não para ganhar qualquer espécie de tempo extra para intervenção.

Protestos do CH e contraprotestos do BE.

Srs. Deputados, está muito calor…

Continuação de protestos do CH e de contraprotestos do BE.

Srs. Deputados, está muito calor, mas é na atmosfera…

Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, para a apresentação dos Projetos de Lei n.os 690 e 691/XVII/1.ª.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, é guardar alguma energia para logo, à meia-noite, que a equipa também precisa.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito obrigada…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O estabelecimento do Filipe Melo eu não frequento!

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Comece, Sr.ª Deputada. Tenho sempre esperança de que, ao começar… Faça favor.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Um português que se atrase a pagar os seus impostos é castigado com juros de mora; se não os regularizar, leva com coimas por negligência; e depois, se evoluir, vai pagar as custas processuais. Casos graves culminam em penhora e em insolvências pessoais. Nas insolvências, as dívidas ao fisco e à Segurança Social quase nunca são perdoadas e o Estado passa à frente de tudo para cobrar aquilo que lhe devem.

Por outro lado, o que é que acontece com as casas que o Estado tem e que estão abandonadas? Nada.

O que é que acontece quando a lista desses abandonados não é apresentada? Nada.

O que é que acontece quando essas casas continuam abandonadas? Nada.

O que é que acontece quando se passam esses imóveis para os municípios e as autarquias não os querem? Nada.

Nesta proposta que a Iniciativa Liberal apresenta, o que pretendemos é afastar a estagnação que continua a ser o inquilino do Estado; que uma lei, com sete anos, de uma suposta descentralização dos devolutos para os municípios, que não deu em praticamente nada, passe a ser uma realidade.

É preciso cumprir a descentralização. Os municípios passam a ter um prazo de 6 meses para dizerem se querem, ou não, ficar com os abandonados do Estado. Se não quiserem, avança-se para hasta pública.

Srs. Deputados, poderão escolher entre manter tudo como está — a mesma ladainha do património público em ruína — ou, em alternativa, acelerar a descentralização e escoar milhares de casas aos portugueses.

Um Estado que não tem prazos e que não é responsabilizado por nada não pode continuar a ser um empata casas, enquanto há milhares de portugueses a precisar delas.

Quanto à proposta do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) Jovem, o atual mecanismo criou uma injustiça fiscal para quem precisou de trabalhar para ajudar a família. Quem trabalha não pode ser castigado. Esse, aliás, foi um dos pontos defendidos pela Iniciativa Liberal nas negociações com o Ministro da Educação na reforma do modelo da ação social do ensino superior.

Na nossa proposta temos vários exemplos de injustiças, mas destaco esta, de dois trabalhadores, com 32 anos: um teve de trabalhar durante a licenciatura e, por esse motivo, perdeu três anos de benefício de IRS Jovem, face ao outro, que não precisava.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Isto é justo? Faz sentido castigar quem precisou de trabalhar? Faz sentido castigar quem quis ajudar a família? Isto é o inverso do espírito Ronaldo que o Primeiro-Ministro gosta tanto de dar como exemplo.

Não adianta dizer que quer mais Ronaldos em Portugal e, depois, legislar para ficarmos, como sempre, na liga dos últimos. A Iniciativa Liberal não quer isso.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para a apresentação do Projeto de Lei n.º 692/XVII/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 1104/XVII/1.ª, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O custo de vida mede-se todos os dias no rendimento disponível das famílias, naquilo que sobra depois de pagar a renda, fazer compras e suportar as despesas essenciais. É precisamente para reforçar esse rendimento disponível que o Livre traz hoje duas iniciativas.

A primeira diz respeito ao cartão social económico Mais Pessoas, que representa uma evolução importante face ao antigo cabaz alimentar. É um instrumento mais digno, porque respeita a autonomia das famílias e permite que cada agregado escolha os alimentos de que realmente necessita, mas há um problema evidente: o seu valor mantém-se inalterado desde janeiro de 2025 e, entretanto, os preços continuaram a subir.

Em abril deste ano, a inflação homóloga foi de 2,4 %, mas os preços dos alimentos não transformados aumentaram 7,5 %. Para quem vive com baixos rendimentos, esta diferença traduz-se em menos leite, menos fruta, menos peixe e menos margem para chegar ao fim do mês.

Por isso, o Livre propõe três medidas muito concretas: atualizar, já, os montantes do cartão Mais Pessoas; criar uma atualização anual automática indexada ao preço dos alimentos;…

Aplausos do L.

… e avaliar majorações para famílias com crianças, famílias monoparentais, pessoas idosas, pessoas com deficiência e outros agregados em situações de maior vulnerabilidade.

A outra iniciativa que trazemos corresponde a uma realidade, que muitas pessoas já conhecem e que tem um nome complicado, que é a reduflação. O que é a reduflação? É o que acontece quando um produto é vendido com menor quantidade embalada e o preço não é reduzido, ou seja, a embalagem e o preço parecem iguais, mas não são. O preço é o mesmo e a quantidade de produto é menor.

O que propomos é que, sempre que se reduzir a quantidade embalada ou vendida de um produto sem reduzir o preço, essa informação seja claramente comunicada ao consumidor durante 90 dias. É uma medida simples, mas importante, que protege o rendimento disponível das pessoas, mas que também garante que ninguém paga mais por menos, sem o saber, assegurando que os consumidores dispõem de informação clara para fazerem escolhas informadas.

Estas são duas iniciativas bastante simples, mas que vão no seguimento das iniciativas que o Livre tem vindo a apresentar, neste Parlamento, para diminuir as desigualdades. Esperamos que votem responsavelmente e que este Plenário as aprove.

Aplausos do L.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento, do Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, o Livre traz hoje duas iniciativas que partem de uma realidade que ninguém ignora, o custo de vida a esmagar as famílias portuguesas.

Temos famílias que entram no supermercado e percebem que o carrinho está cada vez mais vazio. Temos produtos que mantêm a embalagem parecida e mantêm o preço parecido, mas trazem menos quantidade. E temos, por outro lado, famílias em situação de vulnerabilidade que dependem de apoios sociais para conseguirem comprar bens essenciais. Até aqui, estamos de acordo no diagnóstico: os portugueses estão a pagar mais e a levar menos para casa.

Mas a nossa questão é esta: o Livre quer obrigar os retalhistas a sinalizar a reduflação. Muito bem, a transparência é positiva, como é óbvio. Mas pergunto: acredita mesmo o Livre que mais uma obrigação administrativa resolve o problema dos preços dos alimentos? Ou estamos apenas a criar mais um encargo que, mais cedo ou mais tarde, acaba também por ser refletido no preço final a pagar pelo consumidor?

Vozes do CH: — Exatamente!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Depois, no cartão social eletrónico, o Livre propõe a atualização do preço indexado à evolução do preço dos alimentos, mas não diz claramente como se financia esta situação. Mas enfrenta uma pergunta principal: porque é que os bens essenciais continuam tão caros em Portugal, Sr.ª Deputada?

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — É aqui que está a diferença entre o Chega e o Livre. O Livre responde com aumento do custo de vida, com mais regulação e mais despesa pública. O Chega entende que é preciso atacar o problema de raiz, baixar os impostos sobre os produtos essenciais…

Aplausos do CH.

Risos do L.

… reduzir os custos de contexto, combater o desperdício, proteger quem trabalha e garantir quem ainda ajuda e quem realmente precisa.

Por isso, a pergunta é simples: porque é que o Livre não está disponível para acompanhar as medidas concretas do Chega…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Porque temos uma proposta melhor!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — … na redução fiscal sobre os bens essenciais, no alívio direto às famílias portuguesas? Ou acham que devemos continuar a limitar-nos com gerir a pobreza com cartões de aviso nas prateleiras e menos burocracia?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Por outro lado, já que estamos em tempo de bola, esperemos que o Livre não faça um chuto rasteiro a meia altura e saia por cima da trave ao encontro do Partido Socialista e ir, no âmbito...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

Protestos do L e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Ficamos sem saber se o chuto dá golo ou não.
Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, tem a palavra para responder a este pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Barbosa, se ninguém ignora as desigualdades com que as pessoas vivem, então espero que o Chega aprove e viabilize as propostas do Livre.

Aplausos do L.

Depois, sinceramente, relativamente à questão sobre a sinalização da reduflação, mas então o Sr. Deputado quer o quê? Penalizar os consumidores e beneficiar quem prevarica? Quer premiar quem prevarica?

Aplausos do L.

Depois, relativamente à subida dos preços e à crise em que vivemos, agradeçam ao vosso amigo Trump e ao vosso líder, André Ventura, que queria ir à inauguração e ficou à porta.

Aplausos do L.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Têm que dizer ao vosso amigo Soros!

O Sr. **Presidente**: — Para a apresentação das suas iniciativas, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

Protestos de Deputados do CH e contraprotestos de Deputados do L.

Srs. Deputados, um intervalo, para podermos ouvir o Sr. Deputado Filipe Sousa.

Pausa.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, aproveitando a iniciativa do PS, apresento para debate duas iniciativas que partem…

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, o Sr. Deputado Filipe Sousa está no uso da palavra.
Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu que, aproveitando a iniciativa do Partido Socialista, apresento para debate duas iniciativas que partem de um princípio muito simples: o de que o Estado deve estar ao serviço das famílias e não o contrário.

A primeira reforça o IMI (imposto municipal sobre imóveis) familiar, atualizando um benefício fiscal que deixou de acompanhar a realidade.

A segunda vai exigir que o Estado deixe de manter património público devoluto enquanto milhares de portugueses continuam sem conseguir encontrar uma casa.

Não podemos, pois, continuar a falar de natalidade enquanto dificultamos todos os dias a vida de quem quer construir família. Como pode um jovem casal pensar em ter filhos quando a renda ou a prestação da casa absorvem grande parte do seu salário? E como podem olhar para o futuro quando o custo de vida, da habitação, da alimentação, da energia, da educação e dos transportes continuam a aumentar?

O IMI familiar pode ser uma resposta positiva, mas ficou parado no tempo. As famílias enfrentam hoje despesas cada vez maiores, enquanto os apoios permanecem praticamente inalterados. É por isso que defendemos a utilização das deduções, a sua revisão periódica e um reforço específico para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, onde a insularidade agrava cada vez mais o custo de vida. Igualdade não é tratar todos da mesma forma, igualdade é responder de forma justa a realidades bem diferentes.

Mas há outra realidade que o Estado não pode de forma nenhuma ignorar: enquanto milhares de famílias procuram de forma desesperada uma habitação, continuam espalhados pelo País edifícios públicos fechados, degradados e sem qualquer tipo de utilidade. Isto não é apenas má gestão, é um desperdício inaceitável de património que pertence a todos os portugueses.

O Estado não pode exigir sacrifícios às famílias enquanto deixa o seu próprio património ao abandono. Em vez de vender imóveis ou deixá-los degradar-se, devem recuperá-los e colocá-los ao serviço da habitação acessível, do arredamento para jovens e famílias e do alojamento de profissionais essenciais.

A crise da habitação afasta jovens da sua terra, dificulta a fixação de médicos, professores, enfermeiros, bombeiros e forças de segurança e compromete o futuro de cada região, sendo uma realidade que não podemos ignorar. Acredito que governar é resolver os problemas concretos das populações. Assim, apoiar as famílias, incentivar a natalidade, combater a crise da habitação e colocar os recursos públicos ao serviço das pessoas não são favores, são deveres essenciais do Estado. As famílias portuguesas não vivem de números nem de intenções, vivem do seu trabalho, da segurança de terem uma casa e da esperança de poderem construir um futuro com dignidade.

É por elas que apresentei e defendo estas duas iniciativas e é por elas que espero que esta Assembleia esteja hoje à altura das suas responsabilidades.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar da iniciativa do Chega, tem a palavra a Deputada Patrícia Nascimento.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, conhecem o Sr. Fernando, de Vila Nova de Gaia? Decerto conhecerão. Está nas redes sociais do Sr. Deputado José Luís Carneiro.

É pena que o Partido Socialista só agora saia à rua para conhecer a realidade do País. Pena que não tenha saído à rua quando era Governo em Portugal, sendo que metade desta bancada do Partido Socialista fazia parte desse Governo.

Infelizmente, Sr. Deputado, esta realidade já era notícia em 2023,…

A oradora exibiu o documento que mencionou.

… já era notícia em 2022…

A oradora exibiu o documento que mencionou.

… e já era notícia, também, em 2016,

A oradora exibiu o documento que mencionou.

Infelizmente, Sr. Deputado, Srs. Fernandos já existem há tempo demais neste País. Trabalham uma vida inteira, no duro, na agricultura, no comércio, nos hospitais, na segurança, a apagar fogos, a defender as nossas colónias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — E para terem uma reforma digna, vêm a idade da reforma a fugir. Reforma que, diga-se, em muitos casos de digna não tem nada! Reformas dignas há muitas, sim, mas de pessoas que pertenceram ou que pertencem ao Partido Socialista. Enquanto isto, neste Hemiciclo discutem-se experiências pessoais que em nada refletem a realidade do País, porque uns vivem no Príncipe Real, porque outros trabalham sentados e porque outros nunca saíram à rua para conhecer o País que temos.

Aplausos do CH.

O PSD, que usa o lema «Deixem o Luís trabalhar!», tem trabalhado no sentido oposto. Quem o diz não sou eu e também não é o Chega, Srs. Deputados, é o FMI (Fundo Monetário Internacional) que, pasme-se, não é propriamente uma sucursal do Chega.

O FMI pede-vos para irem num sentido e vocês trabalham tanto, tanto que nem sabem em que direção é que vão. Mas deixem-me dizer, Sr.as e Srs. Deputados, que o FMI diz que vocês estão a ir no sentido oposto!

A própria Comissão Europeia veio também referir o que o Sr. Fernando disse esta semana ao Sr. Deputado José Luís Carneiro. O esforço real, acumulado com o aumento dos preços dos combustíveis foi, em Portugal, dos mais violentos de toda a Europa!

É importante, necessário e útil discutir o País real. É isso que realmente interessa às famílias. O que interessa às famílias é quanto é que lhes sobra ao final do mês. Hoje, com 60 % do orçamento absorvido por despesas em bens essenciais e com menos de dois terços das famílias capazes de suportar uma despesa inesperada de 632 euros, a resposta do Governo não deve e não pode ser trabalhar em contramão!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — O Chega vê-se, mais uma vez, obrigado a apresentar propostas em nome de um Governo improfícuo.

Primeiro, esta proposta pretende a redução temporária, por 6 meses, sujeita a reavaliação, do IVA dos combustíveis, um alívio direto, ao litro, no bolso de quem trabalha e no custo do contexto das PME (pequenas e médias empresas).

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Em segundo lugar, propõe o IVA zero sobre um conjunto de bens alimentares essenciais.

Propõe em terceiro lugar o reforço dos mecanismos de fiscalização da formação de preços em setores estratégicos, prevenindo práticas especulativas e distorções de mercado, para que a redução do imposto chegue ao consumidor e não se dilua nas margens.

Desde 2019, Sr.as e Srs. Deputados, que o Chega traz problemas reais a esta Casa. Desde a altura em que tinha um Deputado único, até aos 60 que somos nesta bancada, o Chega continua a trabalhar, a ouvir as pessoas e, acima de tudo, a ir na direção certa.

Aplausos do CH.

Para sermos, como Tomás Ribeiro dizia, esse Portugal «jardim da Europa à beira-mar plantado».

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Humberto Brito, a quem dou a palavra.

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento-o bem como as Sr.ªs Deputadas e os Srs. Deputados.

Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento, o Chega diz falar em nome dos portugueses, seja do Sr. Fernando, seja da D. Maria, que sofrem com o custo de vida. Mas quando este Parlamento discute medidas que têm em conta aumentar o poder de compra dos portugueses, aumentar o rendimento disponível das famílias, aliviar a carga fiscal, nós sabemos que o Chega abdica desse interesse apenas para combater o Partido Socialista.

O Sr. **João Torres** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Essa é uma questão que se revela em todas as discussões. Mas é o voto que revela a verdade.

Por isso, há três notas que lhe queria deixar para ajudar a que o Grupo Parlamentar do Partido Chega forme a sua votação. A primeira diz respeito à coerência.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

Não basta ter discursos inflamados, apaixonados. É preciso que o Partido Chega abdique de combater o Partido Socialista e esteja ao lado do Partido Socialista para aumentar o rendimento disponível das famílias e para aliviar a carga fiscal. A coerência mede-se no voto e não em *slogans*.

A segunda nota diz respeito à responsabilidade.

Fazer oposição é fácil; basta ter um discurso que procura encontrar o sentimento comum dos portugueses. Mas governar é muito mais do que ter discursos inflamados e aumentar o número de decibéis. Governar é olhar para a necessidade dos portugueses e dar-lhe respostas concretas, e não apenas dizer mal, que é aquilo a que estamos habituados no Partido Chega.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

Por isso, a pergunta é: de que lado vai estar o Partido Chega nas propostas do Partido Socialista?

A última pergunta é sobre prestação de contas. No final desta votação, os portugueses querem saber de que lado esteve o Chega. Se esteve a combater o Partido Socialista ou se esteve ao lado dos portugueses.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Por isso, Sr.ª Deputada, a pergunta final é simples. Quando está em causa uma medida que melhora comprovadamente a vida das famílias portuguesas, o Chega votará de acordo com o interesse dos portugueses ou continuará a votar em função do interesse político de derrotar o Partido Socialista?

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Humberto Brito, se calhar não esteve atento ou ainda não tinha chegado a este Plenário, mas ainda agora referimos que, em 7 anos, o Partido Socialista votou sempre contra as 9 propostas que o Partido Chega apresentou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sempre, sempre!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Portanto, esse discurso nem sequer é coerente com os vossos sentidos de voto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sempre, nove vezes!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Fizemos propostas sobre a carga fiscal, votaram contra. Quando fizemos propostas sobre as portagens, que ajudariam os portugueses na sua carga fiscal,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Votaram contra!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — … nós viabilizámos a do Partido Socialista, mas o Partido Socialista chumbou a do Partido Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Todas!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Portanto, não sei onde está a coerência. Não sei onde está a vossa proposta no sentido de aliviar a vida dos portugueses.

Vozes do CH: — Muito bem!

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Temos aqui um documento de 2022, que diz: «Quanto sobra ao final do mês?» Em 2022, se recordamos bem, o Governo era do Partido Socialista. E diz assim o documento: «Em 2022 as despesas essenciais absorvem entre 59 % e 80 % do rendimento das famílias.» Portanto, isto não é uma novidade de hoje.

Por isso deixo a pergunta: quando eram Governo, onde é que vocês estavam? Porque governaram, governaram…!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O tema de hoje é sério, muito sério. Falamos do custo de vida que os portugueses enfrentam, mas muitas das propostas que são hoje apresentadas de sério não têm absolutamente nada.

Temos um debate sobre medidas económicas para ajudar a resolver a questão do custo de vida. O que é que a esquerda nos traz? A receita de sempre: fixar preços, tabelar margens, taxar lucros!

Portanto, enorme surpresa, Srs. Deputados. Ninguém adivinharia, porque são sempre as mesmas receitas estafadas e falhadas. Ou seja, nós só podemos concluir que já não é uma questão de política económica, porque sabem que não funciona. O esquerdismo, como Lenin dizia, que era a doença infantil do comunismo, na verdade, transformou-se numa religião política. Já não é política económica, é uma religião política. E, na verdade, é.

Vamos ver! Antes de mais, tem os seus santos — e vou colocar aqui um deles —, …

O orador coloca o busto de Marx na bancada.

… tem os seus livros sagrados, tem igrejas, tem os seus dogmas e tem os seus milagres também. A diferença está, na verdade, nos milagres. Enquanto o milagre de Jesus era multiplicar os pães, o milagre que o esquerdismo faz é multiplicar os pobres. Mas milagres, fá-los na mesma.

E tem também, com certeza, os seus santuários. Já foi a União Soviética, já foi a China, já foi a Coreia do Norte, já foi a Venezuela e hoje resta Cuba. Cuba é uma espécie de Fátima para os comunistas. A diferença é que os peregrinos vão a Fátima, mas os cubanos fogem de Cuba.

Mas Cuba já não é a Fátima dos comunistas, porque até a Meca do esquerdismo veio dizer que, se calhar, estes dogmas chocam. Chocam com o quê? Com a realidade. Essa velha, reacionária, contrarrevolucionária realidade.

Portanto, vou ler aos Srs. Deputados das paróquias comunistas que ainda restam nos bancos de São Bento o que disse o Presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, no dia 17 de junho: «O tabelamento de preços levou à escassez de produtos, a preços mais altos, a menor receita fiscal. Por isso, não vamos continuar a impor tetos».

E disse mais! Disse o seguinte: «Não basta tomar os meios de produção à burguesia e ao capital (…) — e vou citar novamente aqui o vosso «Papa» ideológico — (…) sem riqueza, não há nada para distribuir. Se não há riqueza, não há justiça social e tudo o resto é um conto de fadas.» Repito, tudo o resto é um conto de fadas.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Eu sei que lhe custa ouvir, Sr. Deputado, mas foi isto que foi dito em Cuba, pelo atual presidente cubano.

O Sr. Deputado comunista tem de estar mais atento a Cuba para ver se aprende alguma coisa, porque os cubanos já aprenderam.

Srs. Deputados, foram precisos 67 anos — 67 anos! —, mas até Cuba meteu Marx na gaveta.

O orador retirou o busto de Marx da bancada.

Portanto, resta saber se as pequenas paróquias que aqui estão, que ainda se sentam em São Bento, vão fazer o mesmo.

Já agora, há um caminho alternativo, Srs. Deputados. É possível sair deste purgatório. A solução é uma e só uma: criar riqueza! Não há outra. É criar riqueza!

Aliás, tal como disse o Presidente de Cuba, a pobreza não é um fatalismo. E não tem de ser o fado de Portugal.

Pergunta-se, como é que se cria riqueza? Primeiro, fazendo exatamente o oposto daquilo que a esquerda sugere. Isso, aprendemos com o Presidente de Cuba, não funcionou. Segundo, tirando o Estado do caminho — o sacrossanto Estado — e confiando nas pessoas, confiando na sociedade civil.

Eu creio que é isso que nos separa mesmo. Nós confiamos nas pessoas, confiamos na sociedade civil, confiamos na sua capacidade de fazer, de trabalhar, de empreender. A esquerda não confia, a esquerda só confia no Estado, a esquerda acha que os portugueses são incompetentes para decidir a sua vida e, portanto, tem de ser o Estado a tutelar a nossa vida.

Por conseguinte, temos de devolver dinheiro às famílias, temos de devolver dinheiro às empresas, temos de desburocratizar, reformar a economia, reformar o mercado de trabalho, reformar o Estado. Ou seja, tirando o Estado do caminho, libertamos o enorme talento e ambição que nós acreditamos que existe em Portugal.

O regime cubano passou décadas a dizer: «socialismo ou morte». Nós hoje sabemos que o que eles queriam dizer é que o socialismo real é a morte da economia. Por isso, eu digo, Srs. Deputados, só a liberdade é vida.

Aplausos da IL.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Margarida Saavedra, do PSD.

A Sr.ª **Margarida Saavedra** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Vice-Presidentes, Sr.as e Srs. Deputados: A proposta do Partido Socialista sobre a impossibilidade de alienação de algum património imobiliário é uma fraude, é uma tentativa de bloqueio do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

Srs. Deputados, é muito simples: todos os edifícios são suscetíveis de ser transformados em habitação por construção, por reabilitação ou por reconversão, ainda que para tal não tenham sido projetados.

Temos vários exemplos: temos os *lofts* das antigas fábricas da Avenida 24 de julho; temos o ex-Cinema Europa, em Campo de Ourique; temos o ex-cinema Éden, hoje blocos de habitação; temos aqui ao lado o edifício novo da Assembleia, que poderia facilmente ser transformado em bloco de habitação.

Protestos de Deputados do PS.

Significa isto, Srs. Deputados, que cada caso tem de ser analisado à luz da sua especificidade e que não se pode misturar tudo no mesmo saco.

É isso que a AD se propõe fazer com os 56 500 imóveis que já estão identificados, ou seja, separar aqueles que se enquadram no programa Construir Portugal daqueles que, ficando excluídos, poderão, em parte, financiar a execução deste mesmo programa.

Ora, o PS propõe-se impedir a alienação de património imobiliário público, incluindo imóveis habitacionais, terrenos e edifícios que possam vir a ser afetos à habitação, sabendo que qualquer terreno está nestas circunstâncias, o que significa que esta proposta é uma fraude e não passa de um embuste para, exatamente, nos impedir de funcionar.

Srs. Deputados, gostaria de lembrar o seguinte: apesar de, em 2016, o Partido Socialista ter feito um fundo para a reabilitação, num presumível universo de 60 000 habitações, apenas tinha sinalizado 780 das quais 170 foram consideradas parcialmente fiáveis. Nada foi dito sobre o destino das outras 610. Repito, sobre essas 610, que estavam excluídas, o PS nada disse, calou-se muito caladinho e até hoje nada disse.

Aplausos do PSD.

O que é que sabemos? Sabemos que, após um investimento de 7,1 milhões de euros, o Partido Socialista saiu do Governo, em 2020, sem que alguma obra tivesse sido concretizada.

Srs. Deputados, gostaria de fazer um pequeno exercício convosco e fazer uma viagem virtual à Rua de São Bento.

Temos, do lado esquerdo de quem sobe, um ex-palacete, neste momento convertido, salvo erro, em quatro habitações topo de gama. Temos a seguir, junto ao Clube Nacional de Natação, uma banda de edifícios ex-municipais que a EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa) transformou e reabilitou para habitação jovem. E temos, do lado direito, todo um conjunto de edifícios novos para habitação onde havia uma lixeira e casas clandestinas.

Vamos imaginar que nada disto está feito e que a AD, neste momento, está no Governo. O que é que aconteceria? Bom, sendo que o Estado não faz habitação topo de gama, obviamente este edifício seria alienado para aqueles que o fazem, que o podem fazer e que também não o quereriam destruir.

Chegando à banda reabilitada, teria de fazer um estudo económico, teria de fazer um estudo de viabilidade em termos de custos, em termos de tempo e em termos dos imponderáveis que cria sempre uma reabilitação e poderia ter chegado a uma conclusão: é que o custo final da obra não se enquadrava de todo no público-alvo para quem o Estado trabalha e para quem o Estado se propõe a fazer casas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Margarida Saavedra** (PSD): — O que é que faria? Com a alienação desses dois edifícios, o Estado investiria, sim, na parte direita da Rua de São Bento, com edifícios novos para a habitação nova, cujos custos poderiam ser controlados *ab initio* e onde permitiriam que 20 ou 30 famílias pudessem viver no centro da cidade sem que tivessem possibilidades para tal *ab initio*.

Vamos agora imaginar que era o Partido Socialista que estava no Governo.

Bom, o Estado não faz habitação topo de gama — era só o que faltava. Era só o que faltava o erário público ser destinado à habitação topo de gama! Esse edifício ficava abandonado, grafitado, entregue ao seu próprio destino, orgulhosamente nosso, sem servir para nada, mas o PS entenderia fantástico os outros dois projetos.

Quinze dias depois estávamos cheios de cartazes, cheios de *outdoors*, num mundo maravilhoso, com imensa cor, com imensa gente completamente feliz.

E sabem o que é que aconteceria oito anos depois, Srs. Deputados? Estas duas propriedades seriam indexadas às tais 170 que os senhores tinham considerado prioritárias e até hoje não fizeram nada, apesar de terem gastado 7,1 milhões de euros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, a questão é exatamente essa: nós temos de saber o que são promessas, temos de saber o que é possibilidade e não poderemos nunca, nunca, criar por real aquilo que sabemos mistificação.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Margarida Saavedra** (PSD): — Eu acho que esta proposta do Partido Socialista tem de ser desmascarada como uma enorme fraude e como uma tentativa desesperada para evitar que o PSD faça a obra que o Partido Socialista não fez e da qual tem medo que venha a aparecer quando chegar a altura do julgamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.ª Deputada Margarida Saavedra tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega, a quem dou a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Margarida Saavedra, confesso que não percebi se a sua intervenção era sobre o Partido Socialista ou sobre habitação; se era um arrufo entre marido e mulher ou um debate sobre as políticas de habitação que o Governo não conseguiu implementar.

Mas há uma coisa que nós percebemos: é que não há diferença entre os Governos do Partido Socialista e os da AD, em matéria de imóveis que pertencem ao Estado. É exatamente a mesma coisa!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não tem nada a ver!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Qualificação, aproveitamento, reabilitação, zero! Os imóveis que estavam na Estamo, Participações Imobiliárias, S.A., o Partido Socialista deixou-os apodrecer; a AD não os transforma, vende, sendo que a verba angariada da venda, segundo diz o Sr. Ministro Pinto Luz, é para financiar políticas de habitação.

Mas então as políticas de habitação são financiadas pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) que vocês, tal e qual como ao PS, não aproveitaram? Ou são financiadas via Orçamento do Estado com as políticas de habitação? É com a venda que vocês querem financiar as políticas de habitação?

Sr.ª Deputada, outro ponto também fundamental e que prova que nesta matéria PS e PSD são gémeos.

Em matéria de habitação, durante muitos anos, o PS deixou o País num caos e a AD, nos últimos três meses deste ano, deixou Portugal na última posição do *ranking* da União Europeia.

Pergunto-lhe se é para isso que durante meses vocês pediram: «Deixem o Luís trabalhar!» Sr.ª Deputada, se nós continuarmos a deixar o Luís trabalhar, vamos chegar ao fim do ano e não temos sequer habitação, quanto mais a mais cara da Europa!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Margarida Saavedra.

A Sr.ª **Margarida Saavedra** (PSD): — Sr. Deputado Filipe Melo, eu julguei que V. Ex.ª tivesse estado na 14.ª Comissão, onde ouvimos várias vezes o Ministro Pinto Luz explicar não só o que tinha feito, como também o que estava a ser feito.

Porém, uma coisa é certa, Sr. Deputado: ninguém pode intervir em património sem saber onde é que ele está e como é que ele está,…

Vozes do PSD: — Ora!

A Sr.ª **Margarida Saavedra** (PSD): — … e muito menos se pode proibir a alienação de património que nem sequer se sabe se existe. Uma coisa é partir de bases realistas de planeamento, outra coisa é partir de castelos em Espanha, Srs. Deputados.

Julgo que V. Ex.ª saberá, com certeza, porque isso é senso comum, que uma casa normal demora três ou quatro anos a construir. Por isso, Sr. Deputado, nós, com dois anos, depois de identificarmos o nosso património, partiremos para a construção. É que, Sr. Deputado, nós não vamos dar aos portugueses casas de papel.

Já agora, lembro-lhe uma coisa. O senhor é muito novo, mas lembro-lhe uma coisa:…

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Obrigado!

A Sr.ª **Margarida Saavedra** (PSD): — … foi com o nosso Ministro Ferreira do Amaral que foi iniciado o PER (Programa Especial de Realojamento), o programa mais importante deste País para erradicar barracas. Temos muito orgulho nisso, Sr. Deputado, e nunca levámos isto a brincar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, do PS.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É sempre importante poder fazer esta intervenção, depois de ouvir falar de fraude.

Quando falamos de custo de vida, temos verdadeiramente de falar da habitação: temos de olhar para uma dimensão que está tão afastada da vida dos portugueses, dos jovens e da classe média, de que tanto fala a direita e de que tanto fala particularmente a AD, ou seja, o PSD e o CDS-PP.

Ao ouvir a Sr.ª Deputada do púlpito a falar de fraude, quando o que está em causa é apenas o cumprimento de um compromisso que o próprio PSD assumiu, nesta Casa, com os seus ministros, eu diria que a verdadeira fraude é o PSD e o CDS sentarem-se aqui, olharem na cara dos portugueses e mentirem diariamente.

Aplausos do PS.

A 18 de junho de 2024, a Secretária de Estado da Habitação disse, e cito: «Todos os imóveis com aptidão habitacional têm de ser conduzidos para esse efeito.»

A 8 de novembro de 2024, o Ministro das Infraestruturas e Habitação disse: «O Governo garantiu aqui, nesta Casa, que só vai vender imóveis sem aptidão habitacional.»

Hoje mesmo, o Presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, dizia: «Os nossos concidadãos já não conseguem suportar os preços dos imóveis.»

E ouvimos a Sr.ª Deputada dizer que não há problema em vender património que tem aptidão habitacional, que não há problema em vender casas ao mercado privado, ao invés de responder aos jovens e à classe média, de que tanto falam.

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, aconselho vivamente a que se leia a proposta que está em cima da mesa. Aquilo que o Partido Socialista pede e apresenta, nesta Casa, não é mais do que aquilo que vamos dizendo nos nossos discursos.

Se é muito importante fazermos o debate político, se é muito importante olharmos para o passado e fazermos, também nós, a avaliação do que correu bem e do que correu mal — estou cá também para o fazer e os senhores também o deviam fazer —, é importante olhar para o presente e, sobretudo, responder aos portugueses. Vocês desprezam os portugueses, de cada vez que falam da tribuna e não apresentam uma proposta e de cada vez que não dizem o que é que querem verdadeiramente nas políticas de habitação.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Aquilo que apresentamos, nesta proposta, não é mais do que cumprir o que vocês prometeram aos portugueses, porque o que vocês fazem com os imóveis que estão a identificar — que nós tivemos a oportunidade de visitar, por exemplo, na Avenida 24 de Julho, e que davam resposta a mais de 250 famílias — é vendê-los, é pegar nesse património, que podia responder a curto e médio prazo, e vendê-lo, Srs. Deputados.

Por isso, deixo este alerta, mas sobretudo este apelo, no debate que estamos a fazer: olhem para a proposta, leiam-na, uma vez que seja, e vão perceber que aquilo que está ali é uma resposta aos portugueses.

No fim do dia, o vosso voto, o voto das bancadas da direita, é o que vai definir verdadeiramente se estão do lado das soluções da habitação e se são construtivos a olhar para as políticas de habitação, ou se preferem só estes debates populistas, para, no fim do dia, não responderem e quererem que as coisas corram mal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.ª Deputada, tem dois pedidos de esclarecimento. Imagino que queira responder aos dois simultaneamente.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, do PSD.

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, o Governo tem tomado medidas para aumentar a oferta: simplificou licenciamentos; reduziu o IVA na construção; baixou a tributação no arrendamento;…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — … duplicou a meta de habitações prevista no PRR, passando de 26 000 para 59 000,…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Mais nada!

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — … e revogou o arrendamento forçado, previsto no Mais Habitação,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — … que penalizava os proprietários, gerava desconfiança no mercado, afastava o investimento e que se traduziu em menos habitação.

Por isso, não é sério que o PS atribua ao Governo da AD a subida de preços da habitação. Os preços aumentam porque a oferta de habitação é insuficiente, por culpa da inação do Partido Socialista.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — António Costa, em 2018, anunciou: «Vamos acabar com as situações de carência habitacional em 2024.»

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Era nos 50 anos do 25 de Abril!

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — O PS foi uma máquina de anúncios, mas nada concretizou.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Olha, zero!

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — Ademais, o Governo da geringonça apenas construiu 296 fogos pelo setor público, o número mais baixo dos últimos 50 anos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — Depois da overdose de anúncios, o Partido Socialista vem apresentar um plano, mas devia ter vergonha e não devia ter falado ontem nas casas que não foram entregues em Grândola, porque são casas de apoio às vítimas de violência doméstica.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — E agora apresenta uma proposta que nada resolve,…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem! É verdade! Querem tirar as casas às vítimas de violência, não é?!

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — … que em nada aumenta a oferta pública, que dificulta a gestão do património público e que bloqueia as vendas seletivas.

Em hasta pública realizada, foram vendidos imóveis 20 % acima do valor da avaliação.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Há milhões deles!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — E as casas, onde é que elas estão?!

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — Cara Deputada Marina Gonçalves, faço-lhe uma pergunta muito simples: considera que o projeto de reconversão da antiga sede do Ministério da Educação em alojamento para estudantes, anunciado em 2019 e que permaneceu anos sem qualquer obra, é um bom exemplo da política de habitação do Partido Socialista?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, é para efeitos de distribuição de documentação e para a reposição da verdade neste Plenário, como se pretende que seja.

Vozes do PSD e CH: — Não, não!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agradecia que, se é para junção de documentos, indicasse quais são os documentos.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Vou-me mesmo cingir à distribuição de documentação. Creio que é possível.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Peço que envie os documentos, se faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sim, mas tenho de os referir.
Sr. Presidente, efetivamente, para o PSD, as casas não têm importância, seja quais forem.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, isso é uma declaração.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Estas são casas para arrendamento acessível,…

O orador exibiu uma imagem.

… não são as casas de Grândola, que também têm importância e que estão há mais de um ano por abrir. Era importante que o PSD reconhecesse também que estas casas estão por abrir.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, faça favor de enviar a documentação. Muito obrigado.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Mas tenho mais para apresentar, Sr. Presidente. Ainda não terminei, Sr. Presidente.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, isto não é para uma intervenção.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Eu tenho mais documentação para distribuir.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado pediu a junção de documentos. Faça favor de enviar os documentos e a Mesa fará a distribuição.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, eu identifiquei uma documentação, mas tenho outra para juntar, e essa é uma prerrogativa a que tenho direito. O senhor não pode interromper.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Então, faça favor de juntar, sem falar nela.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Olhe, esta é uma fotografia de um lar que está concluído há mais de um ano, também pelo PRR, e que ainda não está aberto.

O orador exibiu a fotografia que referiu.

Protestos do PSD.

Também vamos distribuir, Sr. Presidente.

Aplausos do PS.

Continuação de protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, para que efeito?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, estritamente para uma interpelação a S. Ex.ª sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, depois daquilo a que acabámos aqui de assistir, o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer a V. Ex.ª que desconte este tempo de intervenção no tempo total do Partido Socialista, porque isto foi uma intervenção, não foi uma interpelação à Mesa para distribuição de documentação.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, como referi, eu entendi…

Continuação de protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O PS é sempre a mesma coisa!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tal como eu disse na altura, a Mesa entende que o Sr. Deputado Nuno Fazenda fez uma intervenção e não fez a distribuição. Sr. Deputado, a distribuição de documentos é dizer «vou enviar documentos para a Mesa», ponto final, e enviar.

Aplausos do PSD e do CH.

Tem-se criado uma cultura de abuso do uso da Mesa para, alegadamente, distribuição de documentos que não são documentos.

Portanto, interpelar a Mesa para pedir a distribuição de documentos é dizer isso, mais nada, e enviar os documentos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E mais nada!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa entende que o tempo que usou foi, de facto, para uma intervenção, e terá de se descontar no tempo.

Aplausos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, não o pode fazer! Lamento!

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, ainda não estamos no nosso jogo no mundial. Façam favor de guardar o entusiasmo para mais tarde.

Portanto, eu quero ouvir o Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do PS. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe que não o pode fazer. O Sr. Presidente tem todo o direito, na sua magistratura, de interferir, de interromper um Deputado, mas, quando o Sr. Presidente deixa que ele prossiga,…

Vozes do CH: — Não deixou!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … utilizando a figura regimental, não vai tirar o tempo ao grupo parlamentar.

Aplausos do PS e do L.

Lamento dizê-lo, Sr. Presidente. Deixe-me dizer o seguinte: já tenho visto muitas coisas no Parlamento, mas nunca vi, ainda por cima considerando como este conjunto de bancadas se tem comportado,…

Vozes do CH: — O PS!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … nesta legislatura e nesta sessão legislativa, um Presidente retirar tempo a um grupo parlamentar. Quanto a isso, deixe-me dizer, espero que retroceda, porque aquilo que fez foi usar, neste momento, o Deputado Nuno Fazenda — que fez o que outros Deputados têm feito nesta sessão legislativa — como exemplo, depois de não ter interferido de forma adequada, quando usava a figura regimental.

Sr. Presidente, peço que retifique a sua decisão.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, já ouvi o que tinha a dizer. Eu insistentemente pedi ao Sr. Deputado Nuno Fazenda que parasse de falar. O Sr. Deputado não parou.

Vozes do PSD e do CH: — É verdade!

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, vou suspender esta minha decisão e espero que, na próxima Conferência de Líderes, se chegue a uma conclusão sobre esta questão. Portanto, em relação à proposta que fez o PSD quanto ao PS, cabe-me a mim apenas remeter para a Conferência de Líderes, porque, como é evidente, não me cabe a mim tomar uma decisão destas. Espero que seja compreendido. Na próxima Conferência de Líderes, espero que o Sr. Presidente tome uma decisão sobre como proceder nestes acontecimentos. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Sr. Presidente decidiu suspender a sua decisão. É uma decisão sua, com a qual concordamos. Aceitamos a sua decisão, no entanto, há aqui uma coisa que tenho de referir. É que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias disse que o Sr. Presidente deixou o Sr. Deputado Nuno Fazenda falar até ao fim. Não deixou! O Sr. Deputado Nuno Fazenda é que não acatou a decisão do Presidente da Assembleia da República de se calar e continuou a falar.

Aplausos do CH.

Essa é que é a grande diferença, Sr. Presidente. Aí é que está a grande diferença!

Portanto, aqui, a culpa não é do Presidente da Assembleia da República, a culpa é do Sr. Deputado do Partido Socialista, que não acatou uma decisão do Presidente da Assembleia da República.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Pedro Pinto, repito o que disse: remeto para a Conferência de Líderes uma decisão sobre estes casos específicos. Não tenho, neste momento, antecedentes para uma decisão sobre isso.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, estou a falar!

Reafirmo aquilo que disse: remeto para a próxima Conferência de Líderes. Sugerirei ao Sr. Presidente da Assembleia da República que ponha este assunto à discussão, na próxima Conferência de Líderes.

Meus senhores, acabado o tema, passamos à frente. Sr.ª Deputada Marta Silva, finalmente, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, a vossa iniciativa tem um problema de origem: é que os senhores vêm agora tentar proteger património que, quando tiveram oportunidade e durante décadas, não souberam nem reabilitar nem aproveitar. E aparecem aqui como bombeiros numa crise que certamente ajudaram, e muito, a incendiar.

Não podemos esquecer que o Partido Socialista abriu o País a uma imigração sem controlo, sem planeamento e sem capacidade instalada. Quadruplicou, nos últimos anos, o número de imigrantes e não prepararam nem casas, nem escolas, nem hospitais. Depois, fingem surpresa quando a habitação rebenta, naturalmente.

Há aqui uma hipocrisia que é muito difícil de engolir. Quando se tratava de património público, o PS deixou degradar, arrastar, deixou de inventariar; mas, quando se tratava de propriedade privada devoluta, aí já queria um arrendamento coercivo e forçado. Portanto, para o Estado, desculpas; para os privados, ameaças.

Queria dizer também que este projeto não vai criar nem uma casa, não vai baixar nem uma renda, não vai acelerar nem uma obra, não vai resolver nem um licenciamento, portanto, é apenas mais uma tentativa de transformar a vossa incompetência dos últimos anos em virtude legislativa presente.

Têm agora a oportunidade de responder. Pergunto se os senhores querem resolver a crise da habitação ou se querem sobreviver politicamente à crise que ajudaram a criar. E, já agora, têm oportunidade de responder a isto: quantas habitações…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantas?!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — … foram criadas em imóveis devolutos do Estado, durante o mandato da Sr.ª ex-Ministra da Habitação?

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, tem a palavra, para responder.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, não tenho a oportunidade de fazer assim contraperguntas, mas vou deixar algumas no ar também.

O Sr. Deputado Rui Rocha falava dos preços, falava das casas, mas acho que, ao falar do PS, se esqueceu de acrescentar o «D» no fim, porque quem nos últimos dois anos aumentou brutalmente os preços das casas, aumentou a procura, ou incentivou a procura, sem aumentar a oferta, não foi o Partido Socialista; vou-lhe dar uma novidade: foram o PSD e o CDS.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, deixo-lhe a pergunta e o desafio — mas deixo mesmo e vou aguardar a sua resposta o tempo que for preciso —: diga-me uma casa…

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Uma! Uma!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Casas da Sr.ª Ministra!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … que não tenha sido iniciada ou identificada no tempo do Governo do Partido Socialista. Deixo-lhe verdadeiramente este desafio, com a convicção de que vou esperar muito tempo até me dar a resposta, Sr. Deputado.

Se hoje está — felizmente, e ainda bem — o País todo a ver obra, a entregar casas, a respeitar as famílias, é porque esse programa começou, sedimentou e, sobretudo, entrou no IHRU antes de os Srs. Deputados estarem aqui, a apoiar este Governo. Posso dar-lhe essa garantia.

Sr.ª Deputada Marta Silva, terei todo o gosto em acompanhá-la a vários exemplos de património devoluto que existe e que está hoje afeto a famílias. Podemos ir à Amadora,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… a um antigo centro de saúde, que estava devoluto há décadas e cuja chave tive a oportunidade de entregar às famílias. E, como esse, posso dar-lhe mais exemplos.

Mas posso dizer-lhe outra coisa, porque é verdade: fizemos tudo bem? Não. Não identificámos o património todo; não conseguimos pô-lo todo à disposição das famílias em oito anos. Isto é tudo verdade, é mesmo, e tenho de o dizer aqui. Mas iniciámos um programa e nunca fizemos aquilo que os senhores estão preparados para fazer na votação deste diploma: vender património que pode responder às famílias de que tanto falam.

Aplausos do PS.

Portanto, larguem os discursos populistas. Centremo-nos no que é importante e aprovemos este diploma, para garantir que estas casas são mesmo para afetar à habitação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa não regista mais inscrições…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Então, vamos encerrar.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, ninguém se quer inscrever?

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Encerramos o debate, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, é para encerrar!

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa regista finalmente um pedido de intervenção. Tem, assim, a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, do PSD.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O Partido Socialista pediu este debate sobre o custo de vida; é uma boa oportunidade para recordar quem governou Portugal durante oito anos.

Foi o PS que deixou o País com salários baixos, uma carga fiscal recorde, uma crise profunda na habitação, serviços públicos degradados, imigração descontrolada e um poder de compra cada vez mais pressionado.

À data, a máxima do PS era: impostos no máximo, serviços públicos em mínimos. Hoje, o PS apresenta-se aqui como se nada tivesse a ver com os problemas que criou e agravou.

Mas há um problema ainda maior: o PS já nem consegue convencer os seus próprios especialistas. Nas Jornadas Parlamentares do Partido Socialista, Mário Centeno e Susana Peralta desmontaram a principal proposta do Partido Socialista.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Foram convidados pelo PS, não foram escolhidos nem pelo Governo nem pelo PSD, e ambos disseram exatamente a mesma coisa: o IVA zero é uma má política,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — … é uma medida indiscriminada que beneficia quem precisa e quem não precisa, e desperdiça recursos públicos. Mário Centeno foi ainda bem mais longe, lembrando que, da última vez, até produtos como o queijo *pecorino* com trufa beneficiaram desta medida.

A pergunta é muito simples: em quem é que devemos acreditar — no PS ou nos economistas sábios que o próprio PS escolheu para fundamentar as suas propostas?

Aplausos do PSD.

Sr.ªs e Srs. Deputados, o PS governou oito anos; o PSD, a AD, governa há dois. Não nos desculpamos com o passado, mas o passado não pode ser ignorado, porque condiciona o presente e condiciona o futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Temos de ser responsáveis e, sobretudo, coerentes. Assumimos, e bem, a nossa governação de forma humilde, responsável, e seremos escrutinados, no final desta legislatura, pelos portugueses.

Sr.ªs e Srs. Deputados, a diferença entre o PSD, ou a AD, e o PS é muito simples: enquanto o PS apresenta medidas avulsas e indistintas,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… este Governo responde com políticas estruturais e apoios dirigidos a quem mais precisa. Reduzimos quatro vezes o IRS, devolvendo rendimento às famílias portuguesas. Não estamos nós a melhorar a vida dos portugueses?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Aumentámos por três vezes o complemento solidário para idosos e tornámos gratuitos os medicamentos para quem mais precisa. Não estamos nós a diminuir o custo de vida para os nossos mais idosos?

Atribuímos duas vezes suplementos extraordinários de pensões, aumentámos as pensões. Não estamos a diminuir o custo de vida dos nossos pensionistas?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem! Estamos, sim senhor!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Criámos um IRS Jovem, o único na Europa, para aumentar o rendimento disponível dos jovens, fixar talento e combater a emigração; lançámos o maior pacote de sempre para a compra de primeira habitação pelos jovens, com isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e de imposto do selo, garantia pública no crédito à habitação e eliminação de barreiras que impedem milhares de jovens de comprar casa. Não estamos a melhorar a vida dos nossos jovens? Perguntem aos mais de 100 000 jovens que já beneficiaram desta mesma medida!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Perante a crise energética, não ficámos pelos anúncios; nós agimos: reduzimos o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), limitando o aumento dos preços dos combustíveis, na linha do que foi determinado pela Comissão Europeia; reforçámos a botija de gás solidária e protegemos os consumidores mais vulneráveis, impedindo cortes de fornecimento e permitindo planos de pagamento; apoiámos diretamente os setores mais expostos, com um pacote superior a 150 milhões de euros por mês, 450 milhões de euros no total; apoiámos os transportes públicos, os táxis, a agricultura, as pescas, a aquicultura, os bombeiros e as instituições sociais; criámos uma linha de 600 milhões de euros para reforçar a resiliência energética das empresas; e preparámos o País para responder a um eventual agravamento da crise, com o mecanismo de estabilização do mercado elétrico, reforço da fiscalização para combater a especulação e instrumentos de contingência no setor.

É esta a diferença: o PSD responde com medidas concretas, focalizadas, responsáveis, na linha de orientação da Comissão Europeia, e enquadradas no regime fiscal da própria União Europeia; o PS responde com propostas generalistas, em que nem os seus próprios especialistas acreditam e conseguem defender, contrariando a Comissão Europeia.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o combate ao custo de vida exige responsabilidade e escolhas, e exige rigor. Não basta anunciar medidas populares, é preciso garantir que funcionam, que chegam a quem mais precisa e que não comprometem o futuro das contas públicas. É essa a diferença entre quem governa e quem apenas faz oposição.

O PS continua preso às mesmas receitas que falharam durante oito anos de governação e, ironicamente, já nem consegue convencer os seus próprios especialistas. O PCP continua a acreditar que a economia se governa por decreto. O Chega limita-se a copiar as propostas do PS,…

Protestos do CH.

… acrescentando mais demagogia, prometendo baixar impostos indiscriminadamente, sem explicar quem é que, no final do dia, paga a conta — são mais socialistas do que o próprio PS!

Aplausos do PSD.

Nós seguimos um caminho diferente: reduzimos impostos sobre o trabalho; reforçamos o rendimento dos pensionistas; apostamos nos jovens;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — … protegemos as famílias mais vulneráveis; e ajudamos as empresas a manter emprego e atividade,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — … porque combater o custo de vida não é distribuir apoios indiscriminadamente; é controlar a inflação sem pôr em causa a estabilidade financeira, é fazer crescer a economia, para que os portugueses vivam melhor.

É isso que este Governo está a fazer, com responsabilidade, com resultados. Isso é pensar no futuro de Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Quem tem razão: Eurico ou Centeno?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Centeno tem razão, vocês é que não!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, aos quais imagino que quererá responder em conjunto.

Tendo a Mesa a confirmação do Sr. Deputado, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, para o Sr. Deputado e para o Grupo Parlamentar do PSD, aparentemente está tudo bem. Está tudo mesmo ótimo com o País,…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Está melhor, está bem melhor!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … o Governo está a tomar as medidas todas que podia tomar. Aliás, se não está, olhem, «aguentem e escrutinem-nos apenas no final do nosso mandato».

O Sr. Deputado teve a ousadia de falar de uma garantia jovem que é mesmo tão boa, tão boa a ajudar os jovens que já tinham dinheiro para comprar casa, que só chegou a 5 % dos jovens em Portugal. É essa a grande solução que o Sr. Deputado apresenta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Chegou a 100 000!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Os apoios aos bombeiros que o Sr. Deputado anuncia são mesmo tão bons, tão bons, que os bombeiros ameaçaram parar, porque o Governo se atrasa a pagar aquilo que deve às corporações de bombeiros.

Teve a ousadia de falar daquilo que o Partido Socialista fez. Olhe, vou ensinar-lhe uma coisa. Quando o Partido Socialista estava a governar, os rendimentos das empresas estavam a crescer 12 %; agora que VV. Ex.as estão a governar, os salários estão a crescer apenas 7 % e a tendência é para desacelerar. E o pior é que os preços estão a aumentar e as famílias estão a ficar pior, porque o País está pior e os portugueses também.

Os impostos sobre os rendimentos baixaram, é verdade. O Sr. Deputado fala das quatro vezes em que baixou o IRS, mas vou dizer-lhe: duas dessas quatro foram com o PS —…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E o PIB (produto interno bruto) *per capita* do PS?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … ao ponto de 80 % do choque fiscal que Luís Montenegro anunciou já ter sido aprovado pelo PS, na verdade, no Orçamento do Estado — e os outros 20 % foram aprovados pelo PS aqui, como oposição na Assembleia da República.

Aplausos do PS.

Da vossa parte, olhe, zero, Sr. Deputado.

Em relação à resposta à inflação, de facto, o Sr. Deputado pode aprender alguma coisa com quem já fez resposta à inflação — desde logo com o IVA zero, que, ficou provado, realmente baixou os preços da alimentação essencial, mas também com a redução do ISP, Sr. Deputado.

É que, neste momento, a carga fiscal sobre os combustíveis é mais alta do que na anterior crise dos combustíveis.

Aplausos do PS.

A carga fiscal, no total, em Portugal, é mais alta agora do que era na altura dessa crise da inflação. Portanto, Sr. Deputado, está na hora de o reconhecer: está o seu Governo a lucrar com a crise inflacionista?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, na sua intervenção falou do IRS Jovem. Eu gostaria de lhe perguntar se o PSD vai acompanhar a proposta da Iniciativa Liberal, que pretende corrigir uma série de problemas e uma série de injustiças relativamente ao IRS Jovem, nomeadamente, tal como eu tinha dito na minha intervenção, o facto de milhares de jovens que, porque tiveram de trabalhar para ajudar a família durante os estudos, serem penalizados face aos outros que não precisaram de trabalhar. O PSD vai acompanhar a Iniciativa Liberal nesta medida?

Não fará sentido, também, corrigir outra injustiça para com os nossos jovens, em que, segundo a proposta do PSD, o jovem que vá trabalhar para o estrangeiro pode beneficiar do IRS Jovem, enquanto um que tenha trabalhado em Portugal vai ser penalizado e posto de parte? Vai o PSD acompanhar ou não a proposta da Iniciativa Liberal?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, do PSD.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Costa Matos, vejo que está muito chateado, muito zangado.

Risos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Mas o Partido Socialista tem de estar na oposição! Faz parte do jogo da vida democrática e faz parte que o Partido Socialista tenha de ser responsável e apresente medidas que verdadeiramente possam ser concretizáveis.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O IVA zero!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Está provado que o IVA zero não vai alterar significativamente nada. Não vai melhorar a vida dos portugueses. Tem um impacto elevado no Orçamento, de mais de 550 milhões de euros, e grande parte dessa margem fica na distribuição.

Sr. Deputado, estamos melhor. Estamos como queríamos estar? Ainda não estamos como queríamos estar. A vida das pessoas, no final do mês, é difícil? É difícil. Este Governo é insensível? Não, é sensível.

A grande diferença entre nós e os senhores é que nós apresentamos medidas direcionadas, medidas para aqueles que efetivamente precisam.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Quais? Números?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O IVA zero era para implementar!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Não queremos medidas indiscriminadas. Mais: queremos medidas realistas, porque apresentar descidas de IVA sobre bens como os combustíveis fósseis e o gás, que não é possível e que não tem enquadramento no regime da União Europeia, é demagogia, é populismo. Não faz nenhum sentido!

Sr. Deputado, 100 000 jovens é assim tão pouco?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Até parece que não interessa! Não interessa para nada…!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — São 5 %! São 5 %! E os outros todos?

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Os 100 000 jovens que hoje têm uma casa, isso não conta? Não conta, Sr. Deputado? Com isso, estamos conversados.

Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, o Governo, o PSD e a AD estão focados em aumentar o rendimento disponível dos jovens. Em tudo o que seja nesse sentido, de forma realista, sem comprometer o equilíbrio orçamental, sem comprometer uma solidariedade intergeracional, estamos sempre disponíveis para rever as nossas posições.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, sim! Nas eleições não se lembraram disso!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Miguel Matos pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, restrinjo-me à distribuição de documentos.

Em primeiro lugar, peço a distribuição do relatório do artigo IV do FMI, que refere justamente uma avaliação negativa da garantia jovem no apoio ao crédito à habitação.

Em segundo lugar, peço a distribuição do *working paper* n.º 4 de 2024, do Banco de Portugal, de Tiago Bernardino, Ricardo Gabriel, João Quelhas e Márcia Silva-Pereira, que divulga a eficácia, em mais de 65 %, do IVA zero.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Do Banco de Portugal!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É um *working paper*…!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — No FMI vocês já são especialistas…!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, faça o favor de fazer chegar os documentos à Mesa, que os distribuirá.

Nesse momento, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, para uma intervenção.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Quando 1,66 milhões de pessoas continuam em risco de pobreza ou exclusão social, quando 301 000 crianças vivem em situação de pobreza e quase 5 % passam fome por falta de dinheiro, falar do aumento do custo de vida é falar de desigualdade.

A inflação pode ser a mesma para todos, mas o seu impacto não é. Quem tem margem financeira adapta-se, mas quem vive com o orçamento contado deixa de comprar aquilo de que precisa, adia consultas, deixa a casa por reparar ou deixa de conseguir aquecê-la no inverno e arrefecê-la no verão.

Isso vê-se também na distribuição do rendimento. Os 25 % mais pobres detêm apenas 10,5 % do rendimento nacional, enquanto os 25 % mais ricos concentram 46,5 %. É esta desigualdade que o Livre tem procurado combater de forma consistente.

Foi por isso que propusemos a devolução do IVA pago em bens essenciais às famílias de baixos rendimentos, porque o imposto igual pesa muito mais sobre quem tem menos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Foi por isso que defendemos mecanismos temporários para limitar margens excessivas nos combustíveis e nos fertilizantes quando estas contribuíam para agravar artificialmente o custo de vida. E foi por isso que apresentámos propostas para limitar as rendas em novos contratos, estabelecer limites máximos ao valor das rendas e reforçar a oferta de habitação acessível.

A habitação é, neste momento, talvez, o maior fator de perda de rendimento das famílias, e os números mostram-nos isso de forma clara.

No 1.º trimestre de 2026, os preços das casas em Portugal aumentaram 17,8 %, enquanto o número de transações caiu 8,7 %. Ou seja, compram-se menos casas, mas elas continuam a ficar muito mais caras. Ao mesmo tempo, as rendas dos novos contratos aumentaram 9,1 %.

Portugal é um dos países da União Europeia onde os preços da habitação mais aumentaram na última década. Mais que duplicaram entre 2015 e 2024, muito acima da média europeia.

O problema da habitação é estrutural. Uma crise de acesso à casa tem-se tornado uma verdadeira crise de rendimento. Se a renda ou a prestação absorvem metade do salário, deixa de haver margem para o resto da vida.

Ouvimos hoje aqui propostas de mitigação temporária dos efeitos da crise causada pelo aumento dos preços dos combustíveis e da guerra no Médio Oriente, mas não podemos esquecer que nenhuma sociedade consegue

responder sucessivamente às crises se não trabalhar para diminuir as desigualdades que tornam tantas famílias vulneráveis a qualquer aumento de preços.

Isso é mais do que baixar o imposto durante alguns meses. É aumentar o rendimento disponível das famílias, assegurando que quem trabalha consegue viver com dignidade do seu trabalho. É garantir que a taxação é justa e que quem mais tem mais contribui para o Estado social, para a escola pública, para o SNS (Serviço Nacional de Saúde), para tudo aquilo que é o nosso património comum. É garantir que os apoios sociais acompanham o preço dos bens essenciais. E é impedir que a habitação continue a absorver uma fatia cada vez maior dos salários.

É combater, no fundo, as desigualdades que tornam tantas famílias vulneráveis a qualquer aumento de preços e com isso garantir que todas as pessoas têm condições para viver, para escolher, para planear o seu futuro, porque é preciso construir um país onde uma crise internacional não empurre imediatamente centenas de milhares de famílias para a pobreza ou para a privação. É essa a nossa responsabilidade comum aqui nesta Casa.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marta Silva, do Chega.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Este debate mostrou bem o estado do País político. Todos reconhecem a crise, quase todos apresentam propostas, mas muito poucos têm coragem para dizer a verdade.

A verdade é simples: viver em Portugal deixou de ser um projeto de vida e passou a ser uma prova de resistência. A renda sobe, a prestação sobe, o supermercado sobe, o combustível assusta e o salário já nem chega para o essencial.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — E ainda nos dizem que ganhámos 6000 novos milionários,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde?

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — … mas para ser milionário neste País basta ter um T2 ali na Margem Sul.

Portugal não tem uma crise de habitação por acaso. Durante anos, somou-se à imigração descontrolada a burocracia, a carga fiscal, o licenciamento lento, a falta de construção, um Estado mau gestor e uma esquerda que desconfia de quem produz, de quem investe e até de quem tem uma casa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! É verdade!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Mas esta crise não é só de habitação. É de custo de vida, é de salários, é de empobrecimento real.

Durante anos, venderam-nos que a imigração descontrolada era um ato de humanismo. Na prática, trouxeram *dumping* salarial e milhares de pessoas para um país sem casas suficientes, sem serviços públicos preparados, sem salários dignos para quem já cá estava.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Quem ganhou? Alguns oportunistas. Quem perdeu? O trabalhador português, o jovem português que paga impostos e já não consegue viver no seu próprio país.

O PS chega aqui com ar de salvador, mas é parte central deste problema. Prometeu milhares de casas que não entregou, ameaçou privados com o arrendamento forçado, destruiu a confiança no mercado, complicou

licenciamentos e deixou imóveis públicos parados. Hoje, querem impedir a venda daquilo que durante décadas não souberam pôr ao serviço das famílias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — O PCP traz controlo de preços — é a velha fantasia comunista! Mas preços congelados não criam produção nem criam mais economia; criam precisamente escassez.

O Bloco de Esquerda volta à receita contra os proprietários, contra o alojamento local, contra o rendimento, contra o mercado, contra tudo e contra todos, menos contra a sua tasca acoli na Graça.

O Livre descobriu a reduflação! Conhecem-na bem: muita embalagem ideológica, cada vez menos conteúdo parlamentar.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — E a IL acerta, mas continua a achar que a crise se resolve com elegância técnica. Falta-lhe muita decisão política.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — E o Governo?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual Governo?!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — O Governo anuncia muito, mas resultados não aparecem. A lei dos solos ainda não pôs casas no mercado; ninguém sabe como é que vai funcionar o IVA a 6 %, não se sente; o IMT Jovem e as garantias públicas aqueceram o mercado sem oferta.

É por tudo isto que Portugal lidera a Europa na subida dos preços das casas. Não lidera nos salários, nem na saúde, nem na economia. Lidera no sufoco das famílias. Era para isto que queriam que deixássemos o Luís trabalhar?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Portanto, temos o PS que criou a pressão, a extrema-esquerda que quer controlar tudo e um Governo que ainda não resolveu nada.

No fim, há uma pergunta a fazer: depois de tantas promessas, quantas casas chegam amanhã às famílias portuguesas? Se a resposta é nenhuma, meus caros, então isto não é política; é teatro parlamentar em cima do desespero dos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Marta Silva, eu estava à espera da sua versão de punho cerrado ali do púlpito,…

Risos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

… porque, quando falou das propostas da Iniciativa Liberal, disse que elas tinham uma «elegância técnica».

Eu gostaria de lhe perguntar, relativamente às injustiças do IRS Jovem que a proposta da Iniciativa Liberal pretende corrigir, se acha que isso é uma questão de «elegância técnica»; ou se é uma falta de vergonha ver

jovens que têm de trabalhar para pagar os seus estudos e, para ajudar as suas famílias, ficarem postos de parte e serem prejudicados. Isto é alguma «elegância técnica»?

Por outro lado, relativamente à nossa proposta da habitação, que pretende, efetivamente, acelerar o escoamento da oferta e pretende que haja, de facto, uma descentralização dos municípios — e com a qual estou certa de que os autarcas do Chega concordam —, eu gostaria de saber qual é a «elegância técnica», quando temos devolutos do Estado parados há décadas e décadas e aquilo que a proposta da Iniciativa Liberal — com a qual os autarcas do Chega concordam — quer é que haja o aceleramento de uma descentralização. Qual é a «elegância técnica»?

Queria efetivamente perceber, com punho cerrado ou sem punho cerrado, com o que é que não concorda, porque não se percebeu nada.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Percebeu-se tudo! Se alguém não sabe explicar é a IL. É muita elegância!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Marta Silva.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, muito obrigada pela pergunta, vou tentar responder com alguma elegância.

Protestos do PS.

Ora bem, relativamente aos devolutos do Estado, nós temos de concordar. Aliás, é mais uma das vossas propostas que seguiu uma das nossas anteriores nesse sentido.

Vozes do CH: — Ora bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Sobre os nossos autarcas, felizmente, temos muitos e bons, ao contrário da Iniciativa Liberal, que não consegue entrar na realidade do País.

Aplausos do CH.

Protestos da IL.

E sabe porque é que não consegue entrar na realidade do País? Porque ainda não conseguiu despir esse vestido de arrogância superior e de intelectualidade, e nós não vamos cair nessa armadilha.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PS decidiu trazer a debate o tema do património público imobiliário, a proibição de venda de imóveis do Estado, para que fossem transformados em habitação pública. Bom, durante oito anos, com uma maioria absoluta pelo meio, o PS não fez rigorosamente nada sobre esta matéria, zero!

Protestos do PS.

Pior: o passado do PS contradiz, por completo, esta proposta agora de proibirem a venda de imóveis do Estado. E eu vou dar dois exemplos, só dois exemplos.

O Sr. **Eurico Brilhantes Dias** (PS): — IVA zero!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É o Robles! É o Robles!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Entre 2016 e 2018, por isso, nos tempos do Governo socialista, o Tribunal de Contas avaliou a gestão de 147 imóveis detidos pela Segurança Social. A pergunta impõe-se: quantos desses imóveis detidos pela Segurança Social no tempo dos governos socialistas foram afetos à habitação pública? Foi 50 %? Foi 30 %? Foi 20 %? Foi 10 %? Foi 5 %? Não, Srs. Deputados, nem um! Zero! Porquê? Porque todos esses imóveis foram — imagine-se! — vendidos a terceiros. É o PS a ser PS. É a hipocrisia política elevada ao máximo expoente e, por isso, sobre esta matéria, habitação pública, 0; hipocrisia política do PS, 1.

Mas há pior. Em 2019, a Câmara de Lisboa, presidida pelo socialista Fernando Medina, detinha os terrenos da antiga Feira Popular. Bem, terrenos públicos, localizados numa zona de forte pressão urbanística. A câmara era do PS, o Governo era do PS e, por isso, impõe-se a pergunta: quantas dezenas — eu diria quantas centenas — de habitações públicas estão neste momento a ser construídas nos antigos terrenos da Feira Popular? Nem uma, Srs. Deputados! Zero igual a zero! Porquê? Porque a Câmara de Lisboa decidiu vender à Fidelidade,…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sem hasta pública!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … detida por chineses,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … por 274 milhões de euros, esses terrenos, o que permitiu, miraculosamente, que o ex-Ministro das Finanças Mário Centeno tivesse registado o primeiro excedente orçamental da democracia portuguesa — e não quero confundir temas, até porque este tema vai ser objeto de uma reunião da COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) na próxima semana, para a qual todos os Deputados estão convidados. E dou o segundo exemplo, habitação pública 0, hipocrisia política do PS, 2. Para além disso, a proposta do PS, para além de ser absolutamente hipócrita e incoerente,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … seria uma medida absolutamente ruinosa na gestão do património do Estado.

O PS não fez e não quer deixar fazer. Nós faremos e construiremos muito mais habitações públicas e vamos gerir de uma forma muito mais eficiente o património do Estado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, mas não tem tempo para esclarecer. Vinte e cinco segundos de transferência de tempo do PSD para o CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, permita-me dizer-lhe isto a si e a toda a bancada que suporta o Governo, a bancada da AD. Eu acho que as sondagens devem estar a deixar os senhores todos com a cabeça em água,…

Protestos de Deputados do PSD.

… porque é preciso dizer: Ó Sr. Deputado, tenha juízo! O Partido Socialista trouxe a esta Casa uma medida, absolutamente essencial, para defender os pobres, aqueles que precisam de ajuda, que é o IVA zero.

Mas eu tenho de felicitar o meu colega João Torres, que chutou para canto o fiscalista Paulo Núncio que resolveu se esconder-se por detrás de umas quaisquer noções para evitar falar do IVA zero.

Aplausos do PS.

Ó Sr. Deputado, mas eu não vou deixar de falar do IVA zero. Sabe porquê? Porque eu quero também responder à bancada da AD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — O pedido de esclarecimento é ao CDS!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Quero responder com duas coisas interessantes, Srs. Deputados da AD. Srs. Deputados da AD, sabem o que é que é isto?

O orador exibe dois documentos.

O Sr. **Firmino Ferreira** (PSD): — Outra vez?! Outra vez?!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Isto é, deste lado, o IVA zero, um estudo do Banco de Portugal que demonstra a eficácia do IVA zero: 100 % de passagem para os preços, redução de 6 %, redução da inflação. Sabe o que é deste lado? Uma opinião e uma informação do Banco de Portugal — Álvaro Santos Pereira, não sei se conhecem, acho que foi ministro do PSD —, a dizer, basicamente, que é preciso travar a garantia mútua, que é preciso travar a isenção de IMT. É preciso travar, porquê? Porque ela está a fazer aumentar o preço das casas e a prejudicar o setor financeiro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Ah!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ó Sr. Deputado Paulo Núncio, apetece-me parafrasear o Sr. Deputado Paulo Núncio, que dizia que «no PS não há ninguém que perceba de impostos». Eu diria que na AD não há ninguém que perceba de economia. Se os senhores mantêm a oferta fixa e aumentam a procura, o que acontece é que o preço aumente! É isso que os senhores estão a fazer e a destruir a possibilidade de os jovens arranjarem casa.

Aplausos do PS e protestos do PSD.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Núncio, assumo que as duas certezas que tenho é que o IVA zero tem impacto positivo na população — há um estudo que demonstra isso mesmo — e que ajuda os pobres a ultrapassar as dificuldades que têm neste momento. E outra certeza que tenho é que foi o PS que fez a maior redução, do ponto de vista de imposto sobre os combustíveis, e que está a ajudar as famílias portuguesas a comprar combustíveis mais baratos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — 250 milhões! 250 milhões!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, tem a palavra para responder. O Sr. Deputado vai ter 30 segundos, porque a Iniciativa Liberal também cedeu 20 segundos ao CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Pereira, em primeiro lugar, quero explicar-lhe que a AD não tem uma bancada, tem duas.

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — São dois partidos que apoiam o Governo; trabalham bem em conjunto, mas estamos a falar de dois partidos. Em segundo lugar, Sr. Deputado, com espanto, vi que o seu pedido de esclarecimento não teve nada a ver com a minha intervenção,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… porque o Sr. Deputado não quer falar do património público imobiliário. Não quer falar, porquê? Porque o PS nada fez durante oito anos. Mesmo com maioria absoluta não fez absolutamente nada. O PS não fez, nem quer que ninguém faça nada, mas nós vamos fazer, Sr. Deputado, porque, ao contrário dos socialistas,…

Protestos dos Deputados do PS Carlos Pereira e Miguel Matos.

… nós não prometemos, nós fazemos e os portugueses sabem bem disso.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora passar ao encerramento do debate. A Sr.ª Deputada Sofia Pereira, do Partido Socialista, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Só há uma forma de revogar uma medida, que é assumir a decisão política. Contudo, o que este Governo faz ao prémio salarial, na prática, a devolução das propinas, é, de forma cobarde, encenar a política. Deixou a lei em vigor e escondeu o acesso a um direito. Para muitos jovens, estão em causa mais de 2000 € nos primeiros anos de trabalho. Mais de 2000 € numa altura em que vivemos numa crise absurda do custo de vida. No caso dos mestrados, são 5000 € que toca mais e principalmente àqueles que menos têm, àqueles que estão a começar as suas vidas e precisam de alguma garantia.

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, o prémio salarial existe, a lei existe, o Governo recusa-se, numa total desconsideração pela letra da lei, a cumpri-la, a pagar este direito. «Governar para os jovens», dizia eu na altura da campanha eleitoral. Pois bem, Srs. Deputados, vocês agora, de facto, governam, mas para os jovens a única operação de governação que sabem fazer é subtrair. Subtraem o prémio salarial, tentam aumentar as propinas, desistem de residências com financiamento interessado em plena crise do alojamento. Mas não se enganem, este é mesmo o Governo que transformou a educação num laboratório permanente: reorganiza serviços à pressa, generaliza experiências digitais nos exames.

Aplausos do PS.

Quando as coisas falham, os ministros aparecem na televisão a dizer que os relatos são falsos e a dar puxões de orelhas às tutelas dos seus próprios ministérios. Quando correm bem, é uma garantia de uma reforma corajosa, da lavra de um ministro também corajoso. Quando correm mal, a culpa é mesmo de alguém que não do corajoso ministro. E com o prémio salarial acontece exatamente o mesmo. A lei consagra um direito, mas o Governo recusa-se a cumpri-lo, através de expedientes manhosos, e é por isso que o Partido Socialista apresenta este diploma, para obrigar à abertura das candidaturas, recuperar os direitos de quem ficou de fora em 2025, em 2026, e garantir que o prémio salarial é acumulável com o IRS jovem.

Aplausos do PS.

Queremos que este regime fique inscrito no Código do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) e tenha a verdadeira força de lei, para que nenhum Governo queira alterá-lo às escondidas ou por omissão.

Uma geração não é um laboratório nem é um anúncio de campanha, Sr.as e Srs. Deputados, é um direito que não aparece só para quando os governos querem fazer pompa e circunstância daquilo que anunciam. Abram as candidaturas, paguem aquilo que devem e parem de subtrair ao futuro aos jovens portugueses.

Aplausos do PS.

O barómetro da seriedade de um Governo mede-se pelos compromissos que cumpre e menos por aqueles que enuncia. E este Governo não cumpre nenhum.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento, do Sr. Deputado Ricardo Carlos, do PSD.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Sofia Pereira, antes de mais, deixe-me dizer que gosto de a ver entusiasmada, que acho que é benéfico para este Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh lá!…

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Pena que não tenha o entusiasmo suficiente para saber que existe um decreto-lei, que foi publicado este ano, e o Governo está, sim, a cumprir a lei, que indica precisamente que o prémio salarial não é cumulativo com o IRS jovem. Sr.ª Deputada, tem de conhecer a lei.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Tem de estudar! Tem de estudar!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — E, já agora, Sr. Deputada, aproveito para a questionar sobre o que é que tem a dizer aos 100 000 jovens que conseguiram adquirir uma habitação própria permanente — repito, 10 000, 100 000. O que é que lhes tem a dizer?

Aplausos do PSD.

E se segue na linha do seu antecessor, que está aí ao seu lado, que ainda há pouco desdenhou desta medida, pergunto-lhe, Sr. Deputada: quer ir ter com estes 100 000 jovens, quer pedir-lhes o IMT de volta? Quer tirar-lhes a garantia jovem?

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — As propinas! As propinas!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Quer tirar-lhes a casa? Porque aquilo que os senhores dizem é que só chegou a 100 000. E essa, Srs. Deputados, é a grande diferença entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. É que nós ficamos satisfeitos que tenha chegado a 100 000, mas queremos que chegue a 200 000, a 300 000, a 400 000!

Aplausos do PSD.

Os senhores do Partido Socialista gostam é de nivelar por baixo; é melhor que não chegue a ninguém do que a 100 000. Digam a verdade!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, Sofia Pereira, para responder, tem a palavra.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, eu por acaso não fico nada entusiasmada com o seu entusiasmo, com «os jovens mais pobres e com menos capacidade de pagar as casas, de fazerem face ao custo de vida…». Em relação ao prémio salarial, querem fazer grandes números, mas eu relembro aquilo de que vocês se querem esquecer. Em relação ao prémio salarial, na altura, desde o início deste debate, não tiveram coragem de o revogar, não abriram as candidaturas, fizeram um veto de gaveta às escondidas dos jovens, criaram um constrangimento na altura da submissão do IRS.

Aplausos do PS.

Olhe, eu vou-lhe dar uma escolha, *blue pill* ou *red pill*: ou são absolutamente incompetentes ou são mentirosos, porque estão a enganar os jovens portugueses!

Aplausos do PS.

Escolha aquilo que este Governo quer ser! E relembro uma coisa quanto aos jovens que diz que tiveram acesso a uma casa: fico muito contente que esses 4 % ou 5 % tenham conseguido comprar uma casa, é bom que tenham, mas recorde-se de todos os outros que ganham 1000 e 1100 e 1200 €, que não conseguem fazer face à despesa da renda da casa, do empréstimo da casa, que está cada vez mais alto, com as vossas propostas. Com o prémio salarial, com 2000 ou 5000 € para mestres,…

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

… estes jovens poderiam, no início das suas vidas, conseguir fazer face a essas despesas.

E relembro outra coisa, quando falam de IRS Jovem, Sr. Deputado: o IRS Jovem de que vocês falam não é nada de novo. Foi retirado através do prémio salarial, de forma encapotada, porque mentiram aos jovens para poderem redistribuir por aqueles que mais têm, deixando aqueles que menos têm mais vulneráveis. Tenham vergonha!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro, para uma intervenção.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este debate de hoje teve duas virtudes. Uma primeira, porque permitiu aos partidos da AD prestar contas ao País, e já tivemos oportunidade de ouvir aqui um conjunto significativo de medidas que este Governo foi tomando, no sentido de ajudar as famílias e reforçar os seus rendimentos.

Falámos já das quatro baixas do IRS; falámos já do IRS Jovem, que tem uma diferença brutal do IRS Jovem do Partido Socialista — porque o vosso IRS Jovem era apenas e só para jovens licenciados, mas com a AD é para todos os jovens!

Aplausos do PSD.

Falámos também do apoio aos pensionistas mais desfavorecidos. Foi este Governo que aumentou três vezes o complemento solidário para idosos…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — … e fez uma coisa que o Partido Socialista não queria: separámos o rendimento dos idosos mais desfavorecidos do rendimento dos seus filhos.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Para o Partido Socialista, o dinheiro dos filhos impedia que o idoso tivesse acesso ao complemento solidário para idosos.

Aplausos do PSD.

E mais, isentámo-los de pagamentos de medicamentos. Os medicamentos são gratuitos para os mais desfavorecidos e também para os antigos combatentes.

Também no reforço do rendimento das famílias e das pessoas, fizemos já mais de 40 acordos em mais de 20 carreiras. Isso resultou em quê? Em mais salário para 20 carreiras da Administração Pública, mais rendimento para as famílias.

Aplausos do PSD.

Tivemos também oportunidade de ouvir aqui falar na quantidade de investimentos que fizemos e de apoios para combater a crise energética. Foram cerca de 450 milhões de euros, em três meses, que já estão pagos e entregues às pessoas, às instituições, às IPSS (instituições particulares de solidariedade social), às empresas de transporte — estão já do lado de lá, e não no éter.

Mas permitia-me recordar que há uma parte que merece destaque: o País foi alvo de intempéries que fizeram mossa em quase um terço do nosso território, e foram precisos mecanismos de apoio. Nestes mecanismos de apoio — virados para a reparação de infraestruturas e equipamentos municipais, para a manutenção de postos de trabalho e de habitação própria, para a recuperação de património natural, cultural e desportivo, para a recuperação de explorações agrícolas e florestais, para o apoio às famílias em situações difíceis — já estão investidos e pagos 330 milhões de euros, que vêm também ajudar as famílias a combater as dificuldades.

E quero recordar que, na anterior crise energética, o Governo socialista demorou meses e meses a responder, a criar as primeiras medidas de apoio.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Agora é fácil! Vão dizer «é pouco, foi lento», mas a verdade, Sr. Presidente, é que nunca se acudiu a tantos com tanto em tão pouco tempo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não parece!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Por isso, foi positivo este debate, nesta medida.

Mas há uma segunda virtude deste debate: permite tirar a máscara ao PS, permite tirar a pele de cordeiro ao lobo socialista, que apresenta um conjunto de propostas, algumas requentadas, para fazer de conta que está preocupado com os portugueses. É um faz de conta, porque o Partido Socialista já está em campanha eleitoral.

Sim, o Partido Socialista, inebriado por algumas sondagens, quer eleições,…

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Oh, oh!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — … quer derrubar o Governo. Já cobriu o País de cartazes pré-campanha, com um *slogan* enganador: «Alternativa e Confiança».

Protestos de Deputados do PS.

Mas alternativa a quem, Sr. Deputado José Luís Carneiro? Ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos? Ao Eng.º Duarte Cordeiro?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Alternativa a quem?!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Ao Mário Centeno!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Confiança? Mas que confiança? Veja-se o tema do IVA zero, que já aqui foi referido, onde consultaram dois especialistas que arrasaram o tema; mesmo assim mantêm-no e, de forma requentada, voltam a trazê-lo cá. É, de facto, de muito pouca credibilidade, tudo isto.

O Sr. Deputado José Luís Carneiro veio dizer, há pouco tempo, com total desfaçatez, que hoje em dia temos mais segurança nas nossas fronteiras graças à sua reforma do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Parece uma anedota, mas não é.

A suposta alternativa aposta tudo na desinformação e na falta de memória de alguns. Não, Sr. Deputado, as fronteiras estão mais seguras porque este Governo acabou com a política de portas abertas, resultante da destruição do SEF, que o Sr. Deputado José Luís Carneiro protagonizou.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

Este Governo acabou com a manifestação de interesses e criou a designada «polícia de fronteira», que o PS não quis aprovar neste Parlamento.

Agora, os imigrantes entram com contrato de trabalho. O Sr. Deputado José Luís Carneiro foi o responsável direto pela entrada de 120 000 imigrantes sem registo criminal! —…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Mentira!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — … um ato de gestão que merece o repúdio de todos e, perdoem-me a franqueza, merecia da parte do Deputado José Luís Carneiro um ato de contrição e um pedido de desculpa aos portugueses.

E o que é que resultou dessa irresponsabilidade? Alimentar a rede de tráfico de pessoas. Entraram em Portugal cerca de 1 milhão e meio de imigrantes, sem qualquer estrutura de apoio e de acolhimento, muitos deles através de cartazes colocados em diversos países a dizer «vem para Portugal porque é fácil obter um passaporte». Foi esse o resultado da política do Ministro da Administração Interna José Luís Carneiro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.

Sr. Presidente, é esta a alternativa e a confiança que o PS propõe aos portugueses: contradições, omissões e oportunismo político. Nada mais do que isso!

A AD, PSD e CDS, continua firme na ajuda ao Governo para exercer o mandato conferido pelos portugueses e cumprir o programa eleitoral que esta Câmara não rejeitou. Por isso, cá estaremos: não para estar ao lado dos oportunistas, que querem eleições a todo o custo para irem para o poleiro, mas sim para cumprir o nosso programa e melhorar a condição de vida dos portugueses, porque isso, sim, é o que verdadeiramente nos motiva.

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, que ficará para segundas núpcias, do Sr. Deputado Pedro Pinto.

Pausa.

O Sr. Deputado Miguel Costa Matos também está a pedir a palavra para um pedido de esclarecimento?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então é para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Miguel Costa Matos** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, é para solicitar a distribuição do artigo 12.º-B do Código do IRS, na redação dada pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho,…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Manda um *fax*!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … o Orçamento do Estado para 2022, em que o IRS Jovem não era apenas para os licenciados; era também para o nível 4 do quadro nacional de qualificações.

Aplausos do PS.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Tens sempre qualquer coisa para distribuir!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É para aprenderes, Gonçalo!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Eu, contigo? Ainda está para chegar o dia!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, para um pedido de esclarecimento.

Pausa.

O Sr. Deputado Pedro Pinto vai fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Emídio Guerreiro, que não tem tempo para esclarecer, para já. Para já!

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, quase no final deste debate, o Sr. Deputado Emídio Guerreiro falou e eu concordei com uma série de coisas que disse, mas há outras com as quais não posso concordar.

Disse uma coisa que me parece importante: que o Partido Socialista acabou com o SEF — verdade, estamos de acordo.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Ainda bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Partido Socialista foi o grande culpado da política de imigração das portas abertas — verdade, estamos de acordo.

Mas o que é que o PSD tem feito?

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É que, ainda nesta semana, foram conhecidos estes números: temos 1 milhão e 600 mil imigrantes em Portugal. E a pergunta que eu faço prende-se com dados do seu Governo, no final de dezembro, em que diziam que estão a descontar para a Segurança Social 1 milhão de imigrantes. Então, onde é que andam os outros 600 mil imigrantes?

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Exato!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não há crianças, pá?!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Há tantas vagas nas creches!…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se só 1 milhão é que desconta e temos cá 1 milhão e 600 mil, a pergunta é fácil: onde é que estão os outros 600 mil imigrantes?

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O pedido de esclarecimento foi ao Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

Continuação de protestos do PSD.

O pedido de esclarecimento foi ao Sr. Deputado Emídio Guerreiro! Vou repetir: pela terceira vez, foi ao Deputado Emídio Guerreiro!

Sr. Deputado Emídio Guerreiro, por cedência de tempo da IL, tem o tempo disponível para responder.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço também à IL a cedência de tempo.

Ó Sr. Deputado Miguel Costa Matos, não vale a pena inventar, esta nossa reforma do IRS Jovem é imbatível…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Imbatível?!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — … e superior àquela que vocês apresentaram, de longe! Não há qualquer dúvida, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

Basta perguntar aos verdadeiros jovens, e não aos jovens velhos, como é o seu caso.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tão bom que teria sido se nos tivessem ajudado a implementar a polícia de fronteira mais cedo;…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Isso!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Tivessem boas propostas!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — … se não tivessem tido hesitações! Porque nós, de facto, acabámos com a entrada dos imigrantes de forma clandestina.

Eles vieram, por culpa deles,…

O orador apontou para a bancada do PS.

… e agora estamos a encaminhar aqueles…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Emídio Guerreiro, já não se ouve! Pelo menos, pelo microfone.
Passamos ao encerramento e, para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Ó Eurico, agora podes falar à vontade, ninguém te vai interromper!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Deputados: Meus caros, depois desta intervenção do Sr. Deputado Emídio Guerreiro, é evidente, as sondagens estão a gerar um pânico naquela ala direita do Parlamento.

O orador apontou para a bancada do PSD.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Já veem o Carneiro como lobo! Têm medo de ser comidos, como o *Capuchinho Vermelho*.

Protestos do PSD.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Está com uma bazófia, hoje!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Cá vos esperamos, Srs. Deputados, cá vos esperamos.

Risos do PSD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não me digas que tu é que és o lobo mau!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas é vosso apanágio! É vosso apanágio, porque estão sempre à procura de uma agenda alternativa. A direita democrática, com a extrema-direita, procura sempre uma agenda alternativa. Eu chamo-lhe a agenda b&b: é a agenda das burcas e das bandeiras, para fugir aos problemas dos portugueses.
Não contam connosco para fugir aos problemas,…

Aplausos do PS.

… porque quem foge dos problemas não encontra soluções.
Meus caros, o índice de preços da habitação subiu 17,8 %: o maior da União Europeia em período homólogo. O maior crescimento do índice dos preços da habitação em Portugal foi o maior dos 27 Estados-Membros da União Europeia!

Aplausos do PS.

O crédito da habitação está mais caro. O cabaz alimentar aumentou 12 € em relação ao início do ano. As famílias pagam mais pelos custos de energia. Os mais pobres têm menos acesso ao cabaz alimentar.

Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista veio hoje dizer, de forma clara: é o momento de cumprir com quem ganha o salário e a pensão. É o momento de a AD, que está há mais de dois anos a falhar aos portugueses, cumprir as promessas que fez. Este é o momento de cumprir com os portugueses.

O Partido Socialista dá hoje esta oportunidade: de olharem para os portugueses e resolverem problemas, em vez de fingirem; em vez de fugirem dos problemas e de se concentrarem na agenda das burcas e das bandeiras.

Aplausos do PS.

Vamos encontrar soluções! Votem as propostas do Partido Socialista.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Está terminado este ponto da ordem de trabalhos.

Peço aos serviços para abrirem o registo das Sr.as e dos Srs. Deputados, para passarmos às votações. E podem registar a minha própria presença, por favor.

Pausa.

Se alguma Sr.ª Deputada ou algum Sr. Deputado não puder registar-se, faça o favor de se anunciar.

Pausa.

Não há ninguém que tenha problemas no registo?

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Sr. Presidente, não consegui registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Também não consegui, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Mais alguém?

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, não consigo registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Fica registada, Sr.ª Deputada.

Pausa.

Não havendo mais ninguém com problemas, pode-se fechar o sistema e verificar o quórum.

Pausa.

Estão 210 Sr.as e Srs. Deputados presentes, e, por isso, podemos passar às votações. Pedia a atenção de todos, para ver se podemos resolver este ponto com relativa rapidez.

Começo por colocar à votação, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 562/XVII/1.ª (PS) — Regime de proteção do património imobiliário público com aptidão habitacional.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Estatistas!

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 678/XVII/1.ª (PS) — Consagra o regime do prémio salarial de valorização das qualificações no mercado de trabalho.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Passamos a votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1090/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas temporárias de mitigação do custo de vida e de apoio às famílias, às empresas e aos setores mais expostos à instabilidade económica.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 97/XVII/1.ª (PAN) — Cria o programa de apoio à disponibilização de imóveis devolutos para arrendamento com renda condicionada.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS, do PCP e do BE.

Procedemos agora à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 513/XVII/1.ª (PCP) — Regime de controlo de preços sobre os produtos do cabaz alimentar essencial.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do L e do JPP.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pediu entretanto a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, para anunciar a apresentação de uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 514/XVII/1.ª (PCP) — Fixa um preço de referência para combater a especulação e reduzir os preços dos combustíveis e do GPL.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do PAN e a abstenção do JPP.

Temos para votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 689/XVII/1.ª (BE) — Promover o direito à habitação (altera o Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026 e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 690/XVII/1.ª (IL) — Cria um regime de aceleração de utilização de imóveis públicos inutilizados.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, os votos a favor da IL e do JPP e as abstenções do CH e do PAN.

Prosseguimos para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 691/XVII/1.ª (IL) — Confere mais justiça ao IRS Jovem — nenhum jovem para trás.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do BE.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 692/XVII/1.ª (L) — Menos produto, mais transparência: estabelece o dever de informação ao consumidor em caso de reduflação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Azeitonas a 2 €!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 724/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de proteção das famílias com crédito à habitação face ao risco de aumento das taxas de juro na sequência do agravamento da situação no Médio Oriente.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Temos para votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 982/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço da identificação, transparência e mobilização do património imobiliário público para fins habitacionais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1073/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço do IMI Familiar como medida de apoio às famílias e de mitigação do aumento do custo de vida, bem como a criação de um regime reforçado para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP e as abstenções da IL, do L e do BE.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1096/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a aplicação de medidas de alívio fiscal promovendo o apoio às famílias portuguesas e o desagravamento do atual custo de vida.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do BE e do JPP, os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP e as abstenções da IL, do L e do PAN.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1102/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas extraordinárias de mitigação do aumento do custo de vida.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Por fim, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1104/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a atualização e indexação do cartão social eletrónico Mais Pessoas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Srs. Deputados, chamava a atenção para, não obstante haver jogo de futebol, o facto de, amanhã, os nossos trabalhos começarem às 9 horas. A ordem do dia está devidamente publicitada nas plataformas digitais, e lembro que teremos a eleição para a Provedoria de Justiça.

Até amanhã e boa sorte para Portugal, mais logo.

Eram 17 horas e 51 minutos.

Declaração de voto enviada à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Lei n.º 513/XVII/1.ª:

O Livre partilha a preocupação de fundo que motivou esta iniciativa, uma vez que o preço do cabaz alimentar essencial continua a pesar demasiado na vida das famílias, sobretudo das mais vulneráveis, e os resultados elevados da grande distribuição justificam maior escrutínio público sobre a formação dos preços, as margens praticadas e a distribuição do valor ao longo da cadeia alimentar. Não acompanhamos, porém, o instrumento proposto, porque a fixação de preços máximos para uma lista alargada de produtos pode gerar efeitos contrários aos pretendidos, reduzindo a disponibilidade ou variedade de alguns bens, deslocando aumentos para produtos fora do cabaz e aumentando a pressão sobre agricultores, pescadores e pequenos fornecedores, que têm menor poder negocial face à grande distribuição. Acresce que uma medida deste tipo beneficia todos os consumidores por igual, independentemente do rendimento, sendo por isso menos eficaz do que apoios diretos às famílias mais vulneráveis, e exigiria uma capacidade permanente de cálculo e fiscalização de preços, produto a produto, que tornaria a sua aplicação muito complexa. O controlo de preços pode justificar-se em situações excecionais, mas o mercado alimentar exige sobretudo transparência de margens, fiscalização de práticas abusivas e apoio direto a quem mais precisa, razão pela qual o Livre se absteve, defendendo antes o reforço do cartão social eletrónico Mais Pessoas e o combate à reduflação.

O Grupo Parlamentar do Livre.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.